

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2025

CONTRATANTE (UASG)

180311 – Delegacia Seccional de Polícia de Jales

OBJETO

Contratação de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação predial para os prédios da Delegacia Seccional de Polícia de Jales e Unidades Policiais subordinadas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.460.757,84

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/07/2025 às 09h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JALES**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

(Processo Administrativo nº 058.00065091/2025-93)

Torna-se público que o(a) *Estado de São Paulo*, por meio da *Delegacia Seccional de Polícia de Jales*, sediado(a) *na Avenida Paulo Marcondes, 1175, Jd. Monterey, Jales/SP*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *Contratação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos prédios que abrigam a Delegacia Seccional de Polícia de Jales e suas unidades subordinadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.*

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. *Considerando o valor estimado do item/grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade

da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

3.10. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.10.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o menor preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos

valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor mensal e total estimado do item*;

5.1.2. **Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes

desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital)* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. **A inexecuibilidade, em qualquer hipótese, será considerada após diligência do pregoeiro, o qual poderá solicitar planilha de composição de custos, que comprove:**

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. *Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.*

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico: uge.jales@policiacivil.sp.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: uge.jales@policiacivil.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet: www.compras.gov.br e/ou uge.jales@policiacivil.sp.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no *sítio eletrônico*: www.compras.gov.br e/ou uge.jales@policiacivil.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.1.1. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

14.15.3. *ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.15.4. *ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.15.5. *ANEXO V – Planilha orçamentária;*

14.15.6. *ANEXO VI – Avaliação de Execução de Serviços;*

Jales, 13 de junho de 2025.



MAURO LUIS TRUZZI OTERO

Delegado Seccional de Polícia de Jales

Termo de Referência 14/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2025	180311-ESP-DELEG.SECC.POLICIA JALES NELSON L. VANNI	MIRO ISSAMU SAWADA	12/06/2025 16:53 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		058.0006591 /2025-93

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de serviços continuado de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos prédios que abrigam a Delegacia Seccional de Policia de Jales e suas unidades subordinadas, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM BEC	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA MENSAL (m²)	ÁREA ANUAL (m²)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL R\$/m²	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
212229	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	1.000,44	12.005,28	9,15	9.154,03	109.848,31
217891	Áreas internas – almoxarifados/galpões - limpeza em pequenas áreas	32,32	387,84	4,07	131,54	1.578,51
217913	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	383,70	4.604,40	6,86	2.632,18	31.586,18
217930	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	1.239,09	14.869,08	4,58	5.675,03	68.100,39
217948	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	495,23	5.942,76	0,94	465,52	5.586,19
217956	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	850,39	10.204,68	0,78	663,30	7.959,65
217999	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	190,22	2.282,64	2,56	486,96	5.843,56
162736	Áreas internas – pisos frios	3.103,84	37.246,08	7,24	22.471,80	269.661,62
162752	Áreas internas – almoxarifados/galpões	528,32	6.339,84	3,21	1.695,91	20.350,89

162779	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	1.858,52	22.302,24	5,43	10.091,76	121.101,16
218197	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação	45,00	540,00	8,93	401,85	4.822,20
162787	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	4.107,90	49.294,80	3,62	14.870,60	178.447,18
162795	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	4.344,63	52.135,56	0,75	3.258,47	39.101,67
162809	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	9.713,24	116.558,88	0,68	6.605,00	79.260,04
162841	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	604,53	7.254,36	2,23	1.348,10	16.177,22
162868	Vidros externos – frequência trimestral (com exposição a risco)	138,84	1.666,08	2,83	392,92	4.715,01
169358	Áreas internas – pisos frios - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	49,00	588,00	9,07	444,43	5.333,16
169366	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	147,00	1.764,00	6,80	999,60	11.995,20
233722	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	21,00	252,00	11,25	236,25	2.835,00
		28.853,21	346.238,52	90,98	82.025,26	984.303,14
VALOR TOTAL DO CONTRATO				R\$ 2.460.757,84		
PRAZO CONTRATUAL 30 MESES						
ORÇAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA						

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 60 meses, prorrogável por igual período até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, tendo em vista tratar-se de atividades permanentes ou prolongadas.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração;

4.1.2. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido;

4.1.3. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras;

4.1.4. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

4.1.5. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.6. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.7. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.1.8. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.9. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

4.1.10. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de .2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando

sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.1. A vistoria deverá ser previamente agendada através do e-mail: uge.jales@policiacivil.sp.gov.br ou pelo telefone: (17) 3632-1921 ramal 205.

4.6. A realização de vistoria será obrigatória para fins de habilitação, e tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica. Justifica-se a exigência de vistoria em razão das especificidades de algumas unidades, que possuem ambientes de tráfego restrito, separados por grades de proteção, carceragens, e demandam orientações sobre a rotina do trabalho policial, a discricção exigida diante de situações que demandam sigilo, dentre outras peculiaridades.

4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre os locais onde os serviços deverão ser prestados.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 05 dias após a assinatura do contrato.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

UNIDADES POLICIAIS RELACIONADAS AO CADTERC VOLUME 3 (CAPÍTULO III - ITEM 1) E APÊNDICE 2

ITEM	CENTRAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA AVENIDA JOÃO AMADEU, 2245, CENTRO, JALES	
	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	49,00
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	147,00
3	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	21,00
4	Áreas internas – pisos frios	488,00
5	Áreas internas – almoxarifados/galpões	20,00
6	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	322,00
7	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação	45,00
8	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	74,00

9	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	614,00
10	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	42,00
11	Vidros externos – frequência trimestral (com exposição a risco)	121,00
TOTAL		1943,00

UNIDADES POLICIAIS RELACIONADAS AO CADTERC VOLUME 3 (CAPÍTULO III - ITEM 1)

4	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE APARECIDA D'OESTE RUA JOSÉ VIEIRA DA ROCHA, 920, CENTRO, APARECIDA D'OESTE	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	136,91
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	29,76
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	85,76
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	348,66
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	159,00
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	552,45
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	40,20
TOTAL		1352,74

8	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE MARINÓPOLIS RUA PARANÁ, 446, CENTRO, MARINÓPOLIS	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	165,91
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	33,66
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	84,64
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	157,23
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	163,80
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	748,30
9	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	51,62
TOTAL		1405,16

	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE MESÓPOLIS
--	---

9	RUA DIONÍSIO FELISBERTO DA SILVA, Nº 1521, CENTRO, MESÓPOLIS	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	144,57
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	15,00
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	60,90
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	154,67
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	369,26
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	272,64
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	27,78
TOTAL		1044,82

10	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ PAULISTA RUA SEIS, Nº 534, CENTRO, NOVA CANAÃ PAULISTA	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	168,29
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	31,80
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	84,11
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	383,04
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	48,00
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	80,82
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	52,76
TOTAL		848,82

11	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA D'OESTE AVENIDA EUCLIDES DA CUNHA, 4525 CENTRO, PALMEIRA D'OESTE	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	171,70
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	68,45
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	99,53
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	251,24
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	163,80

6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	402,06
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	44,75
TOTAL		1201,53

12	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE PARANAPUÃ RUA PEDRO LANZONI 2259, CENTRO, PARANAPUÃ	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	156,31
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	91,79
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	138,60
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	185,98
5	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	871,68
6	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	32,25
TOTAL		1476,61

14	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE RUBINÉIA RUA CECILIA MEIRELES Nº 750, CENTRO, RUBINÉIA	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	94,92
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	46,13
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	60,67
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	238,68
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	47,76
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	702,98
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	13,04
TOTAL		1204,18

16	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CLARA D'OESTE AVENIDA JUAN PELAYO HERNANDES, 162, CENTRO, SANTA CLARA D'OESTE	

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	93,30
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	29,72
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	57,33
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	123,35
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	117,90
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	499,45
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	15,55
TOTAL		936,60

17	DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER DE SANTA FÉ DO SUL RUA UM, 960, CENTRO, SANTA FÉ DO SUL	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	196,35
2	Áreas internas com espaços livres – saguão, hall e salão	104,50
3	Áreas internas – almoxarifados/galpões	79,08
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	24,50
5	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	757,78
6	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	229,63
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	11,95
8	Vidros externos – frequência trimestral (com exposição a risco)	17,84
TOTAL		1421,63

18	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL AVENIDA NAVARRO DE ANDRADE, 56, CENTRO, SANTA FÉ DO SUL	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	470,71
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	182,18
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	520,39
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	575,10
5	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	316,96

6	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	154,10
TOTAL		2219,44

19	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DA PONTE PENSEA AVENIDA SANTANA, 804, CENTRO, SANTANA DA PONTE PENSEA	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	273,10
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	80,52
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	205,59
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	427,94
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	376,29
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	2180,59
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	23,99
TOTAL		3568,02

20	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA D'OESTE AVENIDA ANTONIO TAVARES, S/Nº, CENTRO, SANTA RITA D'OESTE	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	89,12
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	45,36
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	49,82
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	62,30
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	116,17
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	403,99
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	11,05
TOTAL		777,81

22	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO RUA SÃO PAULO, 660, CENTRO, SÃO FRANCISCO	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)

1	Áreas internas – pisos frios	166,28
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	40,40
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	193,66
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	652,79
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	721,27
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	126,92
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	17,62
TOTAL		1918,94

23	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE TRÊS FRONTEIRAS AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 123, CENTRO, TRÊS FRONTEIRAS	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	150,42
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	96,67
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	138,72
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	270,67
5	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	765,45
6	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	32,77
TOTAL		1454,70

24	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE URÂNIA AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 31, CENTRO, URÂNIA	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios	137,95
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões	8,44
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	79,37
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	411,79
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	186,00
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	1031,17
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	33,10
TOTAL		1887,82

UNIDADES POLICIAIS RELACIONADAS AO CADTERC VOLUME 3 - APÊNDICE 4

1	DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA AVENIDA PAULO MARCONDES, 1175, JARDIM MONTERREY, JALES	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	204,00
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	157,00
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	163,00
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	98,00
5	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	66,00
TOTAL		688,00

2	ALMOXARIFADO E ARQUIVO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA RUA WALDIR LOPES, 101, DISTRITO INDUSTRIAL II, JALES	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	69,00
2	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	242,00
3	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	29,00
TOTAL		340,00

5	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ASPÁSIA AV. BRASIL, 504, CENTRO, ASPÁSIA	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	99,50
2	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	21,00

3	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	21,60
4	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	312,90
5	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	9,24
TOTAL		464,24

6	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE DIRCE REIS AVENIDA PRINCESA IZABEL, 2468, CENTRO, DIRCE REIS	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	118,30
2	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	155,29
3	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	22,00
4	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	13,17
TOTAL		308,76

7	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE DOLCINÓPOLIS RUA AMADEU ROMAGNOLI, 1384, CENTRO, DOLCINÓPOLIS	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	99,10
2	Áreas internas – almoxarifados/galpões - limpeza em pequenas áreas	32,32
3	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	30,56
4	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	102,22
5	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	98,00
6	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	274,90
7	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	20,61
TOTAL		657,71

13	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE PONTALINDA RUA MANOEL NEO DE CARVALHO, 1525, CENTRO, PONTALINDA	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	137,34
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	63,80
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	154,01
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	33,38
5	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	20,25
TOTAL		408,78

15	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA ALBERTINA RUA ARMINDO PILHALARMI, 710, CENTRO, SANTA ALBERTINA	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	134,07
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	68,01
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	163,93
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	123,21
5	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	154,39
6	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	23,44
TOTAL		667,05

21	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE RUA ULISSES GUIMARÃES, 295, CENTRO, SANTA SALETE	

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	63,61
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	30,83
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	140,67
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	32,90
5	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	90,36
6	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	8,51
TOTAL		366,88

25	DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL RUA TIRADENTES, 355, CENTRO, VITÓRIA BRASIL	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)
1	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	75,52
2	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	33,50
3	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	96,97
4	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	66,14
5	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	17,84
TOTAL		289,97

5.2.1 - Os serviços na Cadeia Pública de Santa Fé do Sul somente serão realizados nas salas administrativas.

5.2.2 - No Plantão Policial de Jales, os serviços deverão ser prestados de segunda a domingo, inclusive feriados.

5.3. .Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas abaixo:

Rotina e frequência de limpeza – pisos frios

Diária

Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e de outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;

Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições

de higienização durante todo o horário previsto de uso;
Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários; Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;
Remover o pó de mesas, telefones, armários, arquivos, prateleiras, peitoris e caixilhos das janelas, bem como dos móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:
Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e
Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos.
Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;
Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;
Limpar/remover o pó de capachos e tapetes; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanal

Limpar os azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;
Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;
Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado;
Limpar/polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras dentre outros com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;
Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produto alergênico, usando apenas pano úmido;
Encerar e lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares;
Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensal

Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;
Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Trimestral

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores como acompanhamento da manutenção;
Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Rotina e frequência de limpeza – almoxarifados/galpões

Quinzenal

Remover o pó de prateleiras, bancadas, armários, bem como dos demais móveis existentes;
Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e

Mensal

Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;
Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Trimestral

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores;
Limpar cortinas e persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.

Rotina e frequência de limpeza–saguão, hall e salão.

Diária

Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;

Remover o pó dos peitoris e caixilhos das janelas, bem como de bancos, cadeiras e demais móveis existentes, incluindo telefones, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de: Evitar o uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustramóveis; e Evitar fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos.

Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;

Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;

Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;

Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanal

Limpar portas, barras e batentes com produto adequado;

Limpar as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas com produto adequado;

Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras e demais com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;

Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais e outras partes manuseáveis com produtos alergênicos, usando apenas pano úmido;

Encerar/lustrar os pisos de madeira, paviflex, plurigoma e similares;

Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral; e

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal

Mensal

Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;

Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e

Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Trimestral

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores;

Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e

Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Rotina e frequência de limpeza de sanitários de uso público ou coletivo

Diária

Limpar espelhos e pisos dos sanitários com pano úmido e saneante domissanitário desinfetante, realizando a remoção de sujidades e outros contaminantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;

Lavar bacias, assentos e pias com saneante domissanitário desinfetante, mantendo-os em adequadas condições de higienização durante todo o horário previsto de uso;

Efetuar a reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha nos respectivos sanitários;

Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;

Remover o pó de mesas, armários, prateleiras, peitoris, caixilhos das janelas, bem como de móveis existentes, incluindo aparelhos elétricos, extintores de incêndio, entre outros. Sempre que possível, utilizar apenas pano úmido, com a finalidade de:

Evitar uso desnecessário de aditivos e detergentes para a limpeza dos móveis e eliminar o uso de produtos lustra-móveis; e Evitar fazer a limpeza de partes manuseáveis com produtos potencialmente alergênicos.

Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;

Remover manchas;
Passar pano úmido e polir os pisos paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;
Limpar e remover o pó de capachos e tapetes; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária

Semanal

Limpar azulejos, pisos e espelhos dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;
Limpar atrás dos móveis e armários;
Limpar divisórias, portas, barras e batentes com produto adequado;
Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;
Encerar/lustrar os pisos paviflex, plurigoma e similares; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensal

Limpar e remover manchas de forros, paredes e rodapés;
Remover o pó de cortinas e persianas com equipamentos e acessórios adequados; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

Trimestral

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, além de lâmpadas, aletas e difusores;
Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

Rotina e frequência de limpeza–pátios e áreas verdes–média frequência

Quinzenal

Retirar os detritos dos cestos, removendo-os para local indicado pelo Contratante;
Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;
Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita, de propriedade do Contratante; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência quinzenal.

Rotina e frequência de limpeza – varrição de passeios e arruamentos

Diária

Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;
Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;
Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanal

Executar serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensal

Executar serviços considerados necessários à frequência mensal.

Rotina e frequência de limpeza – Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações

Diária

Manter os cestos isentos de detritos, acondicionando-os em local indicado pelo Contratante;

Limpar e remover o pó de capachos;
Limpar adequadamente cinzeiros;
Varrer as áreas pavimentadas removendo detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;
Retirar papéis, detritos e folhagens, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observada a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita, de propriedade do Contratante;
Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária; e
Lavar os pisos somente nas áreas circunscritas que apresentem sujeidade e manchas, observando as restrições de Utilização da Água.

Semanal

Lavar os pisos, observados os regramentos estabelecidos para de utilização da Água; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensal

Limpar e polir todos os metais, tais como: torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc. com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos; e Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal

Rotina e frequência de limpeza – pátios e áreas verdes – alta frequência

Semanal

Retirar os detritos dos cestos, removendo-os para local indicado pelo Contratante;
Varrer as áreas pavimentadas, removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante;
Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes, acondicionando-os apropriadamente e encaminhando-os para local indicado pelo Contratante, observando a legislação ambiental vigente e a de medicina e segurança do trabalho, sendo terminantemente vedada a queima dessas matérias em local não autorizado, situado na área circunscrita de propriedade do Contratante; e
Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal

Rotina e frequência de limpeza – vidros externos – trimestral e semestral – sem exposição à situação de risco

Quinzenal

Face interna – Limpar todos os vidros externos, face interna, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Trimestral

Face externa – Limpar todos os vidros externos, face externa, aplicando-lhes, se necessário, produtos antiembaçantes de baixa toxicidade.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5. As quantidades e as especificações dos materiais e equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo da contratada, dada sua expertise na gestão dos materiais, devendo indicar corretamente o material necessário, responsabilizando-se pela informação prestada na planilha de custos e formação de preços, não podendo alegar impossibilidade de fornecimento adicional caso a situação futura exigir.

5.6. Os materiais de consumo deverão ser de boa qualidade e durabilidade, biodegradáveis e sustentáveis quando houver essa possibilidade.

5.7. A contratante poderá solicitar amostras dos materiais e equipamentos empregados e, caso não atendam aos requisitos do edital, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem nenhum ônus para o Contratante, sob pena de aplicação de penalidades previstas no Edital e no

Contrato.

5.8. Os materiais de consumo deverão ser estocados no local da execução dos serviços, em quantidade suficiente ao atendimento da demanda por um período de 30 (trinta) dias:

Especificação da garantia do serviço

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.10. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nas subdivisões seguintes:

5.10.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Calça;

Camiseta; e

Bota

5.11. Os conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.12. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e deverão ser substituídos sempre que estiverem apertados;

5.13. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.14. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar o representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços por período determinado, objetivando a supervisão da rotina de trabalho de suas funcionárias, bem como a interação deste com o fiscal e o gestor do contrato e a correção de eventuais falhas e/ou a adoção de eventuais providências.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (). Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI)

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II)

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III)

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV)

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º)

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II)

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no – "Relatório de Avaliação para aferição da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial" para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório

6.22. É vedada a atribuição ao contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1 Os serviços serão avaliados, mensalmente, por meio dos relatórios de conformidade dos serviços e dos registros de ocorrências, em consonância com os seguintes aspectos;

6.26.2 Os resultados alcançados em relação ao CONTRATADO, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada.

6.26.3 A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.26.4 A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.26.5 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

6.26.6 A satisfação do público usuário.

6.27. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

6.28. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III)

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV)

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

6.33.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação

6.33.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.33.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços; e

6.33.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m);

6.33.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.33.2.1. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

6.33.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual /Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.33.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.33.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.33.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.33.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.33.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante

6.33.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários

6.33.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.33.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.33.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.33.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias

- que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;
- 6.33.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.33.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- 6.33.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.34. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.35. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo
- 6.36. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente
- 6.37. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições
- 6.37.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
- 6.37.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
- 6.37.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.
- 6.38. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações
- 6.39. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração
- 6.40. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- 6.42. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.43. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.43.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.
- 6.43.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.
- 6.43.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.
- 6.44. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.45. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.46. A inadimplência do Contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.47. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do

parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.48. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.49. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.50. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.51. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.52. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, V II).

6.53. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.54. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.55. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo "Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial" para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. Não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. Tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. Tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório e no CADTERC - Volume 3 - Limpeza e Asseio Predial;

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do

contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, no caso dos serviços de limpeza, através da Avaliação de Execução dos Serviços.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/MENº77, de 4 de novembro de 2022, c/com Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.21.1. o prazo de validade;

7.21.2. a data da emissão;

7.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.21.5. o valor a pagar; e

7.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.31.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade Pessoa física: para fins de identificação em todo o território nacional

8.5. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Empresário individual: Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual- MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual -Microempreendedor Individual - MEI CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do atos constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. : Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da

União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua Sociedade simples sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional de outubro de 2014

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na, estará dispensado da prova de Lei Complementar n. 123, de 2006 inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.21.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. Índices de Liquidez Geral(LG), Liquidez Corrente(LC), e Solvência Geral(SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3 Patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos da súmula 37, do TCE "Em procedimento licitatório para contratação de serviços de caráter continuado, os percentuais referentes à garantia para participar e ao capital social ou patrimônio líquido devem ser calculados sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses."

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.23.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.25.1. Declaração de realização de vistoria prévia (obrigatória).

Qualificação Técnico-Operacional

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. **Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;**

8.26.1.2. **Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação;**

8.26.1.3. Para fins de comprovação, não serão exigidas parcelas sobre os itens que representam menos de 4% do valor total estimado da contratação (itens de serviço 2,3,7,8,9,10 da planilha não serão exigidos).

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico- operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c /c o artigo 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do (s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.26.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

8.28. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

Outras comprovações

8.29. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

8.29.1. cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

8.29.2. atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 2.460.757,84

9.1- O custo estimado da contratação é de R\$ 2.460.757,84, conforme custos unitários apostos na tabela acima (Item 01 deste TR). **O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023 (artigo 8º), observado o Comunicado SGGD nº 02/2024 e orientação oriunda da referida Secretaria, para que, enquanto os Estudos 02-2024 Técnicos (data-base janeiro de 2025) não estiverem disponíveis no site do Compras.SP, indicamos a diretriz estabelecida no Comunicado SGGD nº 02/2024: <https://compras.sp.gov.br/comunicado-sggd-no>.**

Constata-se a adoção dos Estudos Técnicos (data-base janeiro de 2024) em outras licitações deste ano de 2025, conforme observado no Anexo 1 deste TR.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: [00001/180311];
- II. Fonte de Recursos: [150010001];
- III. Programa de Trabalho: [06122180141800000];
- IV. Elemento de Despesa: [33903796];

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRO ISSAMU SAWADA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 16:53:39.

Despacho: ATESTO que os responsáveis pela elaboração deste TR preenchem os requisitos do artigo 7º da Lei nº 14133/2021 e atendem o artigo 2º do Decreto nº 68185/2023. APROVO ESTE TERMO DE REFERÊNCIA.



MAURO LUIS TRUZZI OTERO

Autoridade competente

PROPOSTA

Pregão Eletrônico: 90002/2025
Processo Eletrônico: 058.00008021/2025-38

UNIDADE 1: DELEGACIA DE POLICIA DO MUNICIPIO DE PAULO DE FARIA

Serviços		Valores Mensais (R\$/m²/mês) (1)	Área (m²) (2)	Total Mensal (R\$) (3) = (1) x (2)
2.2	Áreas internas – pisos frios	R\$ 6,45	269,00	R\$ 1.735,05
2.8	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 2,90	487,00	R\$ 1.412,30
2.9	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	R\$ 0,61	227,00	R\$ 138,47
2.14	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 1,60	44,00	R\$ 70,40
Total mensal (R\$)				R\$ 3.356,22
Prazo contratual (meses)				30
Valor Total Contratual (R\$)				R\$ 100.686,60

UNIDADE 2: DELEGACIA DE POLICIA DO MUNICIPIO DE ORINDIUA

Serviços		Valores Mensais (R\$/m²/mês) (1)	Área (m²) (2)	Total Mensal (R\$) (3) = (1) x (2)
2.2	Áreas internas – pisos frios	R\$ 6,45	203,00	R\$ 1.309,35
2.8	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 2,90	40,00	R\$ 116,00
2.9	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	R\$ 0,61	50,00	R\$ 30,50
2.14	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 1,60	19,00	R\$ 30,40
Total mensal (R\$)				R\$ 1.486,25
Prazo contratual (meses)				30
Valor Total Contratual (R\$)				R\$ 44.587,50

UNIDADE 3: DELEGACIA DE POLICIA DO MUNICIPIO DE PALESTINA

Serviços		Valores Mensais (R\$/m²/mês) (1)	Área (m²) (2)	Total Mensal (R\$) (3) = (1) x (2)
2.2	Áreas internas – pisos frios	R\$ 6,45	203,00	R\$ 1.309,35
2.8	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 2,90	344,00	R\$ 997,60
2.9	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	R\$ 0,61	36,00	R\$ 21,96
2.14	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 1,60	16,00	R\$ 25,60
Total mensal (R\$)				R\$ 2.354,51
Prazo contratual (meses)				30
Valor Total Contratual (R\$)				R\$ 70.635,30

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

UNIDADE 4: DELEGACIA DE POLICIA DO MUNICIPIO DE NOVA GRANADA - PLANTÃO POLICIAL

Serviços		Valores Mensais (R\$/m²/mês) (1)	Área (m²) (2)	Total Mensal (R\$) (3) = (1) x (2)
2.2	Áreas internas – pisos frios (Delegacia Participativa segunda-feira a domingo – 8 horas diárias)	R\$ 8,80	268,00	R\$ 2.358,40
2.8	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 2,90	467,00	R\$ 1.354,30
2.9	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	R\$ 0,61	154,00	R\$ 93,94
2.14	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 1,60	22,00	R\$ 35,20
Total mensal (R\$)				R\$ 3.841,84
Prazo contratual (meses)				30
Valor Total Contratual (R\$)				R\$ 115.255,20

UNIDADE 5: DELEGACIA DE POLICIA DO MUNICIPIO DE MIRASSOLÂNDIA

Serviços		Valores Mensais (R\$/m²/mês) (1)	Área (m²) (2)	Total Mensal (R\$) (3) = (1) x (2)
2.2	Áreas internas – pisos frios	R\$ 6,45	430,00	R\$ 2.773,50
2.8	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 2,90	35,00	R\$ 101,50
2.14	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 1,60	39,00	R\$ 62,40
Total mensal (R\$)				R\$ 2.937,40
Prazo contratual (meses)				30
Valor Total Contratual (R\$)				R\$ 88.122,00

AREAS AGLUTINADAS - DELEGACIAS DE POLICIA DOS MUNICIPIOS DE PAULO DE FARIA, ORINDIUA, PALESTINA, NOVA GRANADA E MIRASSOLÂNDIA

Serviços		Valores Mensais (R\$/m²/mês) (1)	Área (m²) (2)	Total Mensal (R\$) (3) = (1) x (2)
2.2	Áreas internas – pisos frios	R\$ 6,45	1105,00	R\$ 7.127,25
2.2	Áreas internas – pisos frios (Delegacia Participativa segunda-feira a domingo - 8 horas diárias)	R\$ 8,80	268,00	R\$ 2.358,40
2.8	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	R\$ 2,90	1373,00	R\$ 3.981,70
2.9	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	R\$ 0,61	467,00	R\$ 284,87
2.14	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição à situação de risco)	R\$ 1,60	140,00	R\$ 224,00
Total mensal (R\$)				R\$ 13.976,22
Prazo contratual (meses)				30
Valor Total Contratual (R\$)				R\$ 419.286,60

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br



Bauru – SP 13 de março de 2025.

Dados Bancarios:
Banco do Brasil
Agencia: 0037-X
C/C 72457-2

Documento assinado digitalmente
 **JHONNY LUCIO OLIVEIRA DE LUCA**
Data: 13/03/2025 12:38:05-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

Jhonny Lucio Oliveira De Luca – Proprietário

CPF nº 301.655.118-77 – RG nº 42.172.018

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

FAXINEIRO - 2ª FEIRA A SÁBADO - MEIO PERÍODO - DIURNO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	24 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$ 954,00	42,54%
Salário-base	R\$ 954,00	42,54%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 399,01	17,79%
Vale-transporte	R\$ 183,00	8,16%
Custo mensal	R\$ 240,24	10,71%
Parcela do trabalhador	-R\$ 57,24	-2,55%
Vale-refeição		0,00%
Custo mensal		0,00%
Dia da categoria – 16/maio		0,00%
Parcela do trabalhador		0,00%
Cesta básica	R\$ 137,79	6,14%
Assistência médica familiar	R\$ 33,65	1,50%
Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,20	0,68%
Auxílio-creche	R\$ 22,30	0,99%
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$ 7,07	0,32%
Insumos Diversos	R\$ 82,88	3,70%
Uniforme	R\$ 38,29	1,71%
EPI	R\$ 8,77	0,39%
Material	R\$ 35,82	1,60%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 652,54	29,10%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 295,74	13,19%
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 155,50	6,93%
Afastamento maternidade	R\$ 0,73	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 146,06	6,51%
Custo de rescisão	R\$ 46,73	2,08%
Outros*	R\$ 7,78	0,35%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 154,13	6,87%
Custos Indiretos	R\$ 15,66	0,70%
Lucro	R\$ 5,26	0,23%
Tributos	R\$ 133,21	5,94%
ISS	R\$ 44,85	2,00%
PIS	R\$ 15,70	0,70%
COFINS	R\$ 72,66	3,24%
Total	R\$ 2.242,56	100,00%

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a domingo
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$ 2.051,10	41,50%
Salário-base	R\$ 1.590,00	32,17%
Folguista	R\$ 461,10	9,33%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.052,36	21,29%
Vale-transporte	R\$ 184,48	3,73%
Custo mensal	R\$ 307,55	6,22%
Parcela do trabalhador	-R\$ 123,07	-2,49%
Vale-refeição	R\$ 589,22	11,92%
Custo mensal	R\$ 629,43	12,73%
Dia da categoria – 16/maio	R\$ 2,13	0,04%
Parcela do trabalhador	-R\$ 42,34	-0,86%
Cesta básica	R\$ 177,75	3,60%
Assistência médica familiar	R\$ 43,41	0,88%
Benefício social familiar e natalidade	R\$ 19,61	0,40%
Auxílio-creche	R\$ 28,77	0,58%
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$ 9,12	0,18%
Insumos Diversos	R\$ 96,52	1,95%
Uniforme	R\$ 49,39	1,00%
EPI	R\$ 11,31	0,23%
Material	R\$ 35,82	0,72%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.402,95	28,38%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 635,84	12,86%
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 334,33	6,76%
Afastamento maternidade	R\$ 1,56	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 314,02	6,35%
Custo de rescisão	R\$ 100,47	2,03%
Outros*	R\$ 16,73	0,34%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 339,70	6,87%
Custos Indiretos	R\$ 34,52	0,70%
Lucro	R\$ 11,59	0,23%
Tributos	R\$ 293,59	5,94%
ISS	R\$ 98,85	2,00%
PIS	R\$ 34,60	0,70%
COFINS	R\$ 160,14	3,24%
Total	R\$ 4.942,63	100,00%

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

ENCARREGADO DE FAXINEIRO - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$ 2.080,90	44,04%
Salário-base	R\$ 2.080,90	44,04%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 791,65	16,76%
Vale-transporte	R\$ 115,39	2,44%
Custo mensal	R\$ 240,24	5,08%
Parcela do trabalhador	-R\$ 124,85	-2,64%
Vale-refeição	R\$ 460,25	9,74%
Custo mensal	R\$ 491,68	10,41%
Dia da categoria – 16/maio	R\$ 1,65	0,03%
Parcela do trabalhador	-R\$ 33,08	-0,70%
Cesta básica	R\$ 137,79	2,92%
Assistência médica familiar	R\$ 33,65	0,71%
Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,20	0,32%
Auxílio-creche	R\$ 22,30	0,47%
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$ 7,07	0,15%
Insumos Diversos	R\$ 104,04	2,20%
Uniforme	R\$ 59,45	1,26%
EPI	R\$ 8,77	0,19%
Material	R\$ 35,82	0,76%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.423,34	30,13%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 645,08	13,65%
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 339,19	7,18%
Afastamento maternidade	R\$ 1,58	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 318,59	6,74%
Custo de rescisão	R\$ 101,93	2,16%
Outros*	R\$ 16,97	0,36%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 324,72	6,87%
Custos Indiretos	R\$ 33,00	0,70%
Lucro	R\$ 11,08	0,23%
Tributos	R\$ 280,64	5,94%
ISS	R\$ 94,49	2,00%
PIS	R\$ 33,07	0,70%
COFINS	R\$ 153,08	3,24%
Total	R\$ 4.724,65	100,00%
Valor da hora	R\$	24,68
Quantidade disponível de horas		0,5000
Valor mensal volante	R\$	12,34

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

ENCARREGADO DE FAXINEIRO - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 8 HORAS - 2ª FEIRA A DOMINGO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA DELEGACIAS PARTICIPATIVAS		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a domingo
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$ 2.684,36	44,18%
Salário-base	R\$ 2.080,90	34,25%
Folguista	R\$ 603,46	9,93%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 1.014,37	16,69%
Vale-transporte	R\$ 146,49	2,41%
Custo mensal	R\$ 307,55	5,06%
Parcela do trabalhador	-R\$ 161,06	-2,65%
Vale-refeição	R\$ 589,22	9,70%
Custo mensal	R\$ 629,43	10,36%
Dia da categoria – 16/maio	R\$ 2,13	0,04%
Parcela do trabalhador	-R\$ 42,34	-0,70%
Cesta básica	R\$ 177,75	2,93%
Assistência médica familiar	R\$ 43,41	0,71%
Benefício social familiar e natalidade	R\$ 19,61	0,32%
Auxílio-creche	R\$ 28,77	0,47%
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$ 9,12	0,15%
Insumos Diversos	R\$ 123,82	2,04%
Uniforme	R\$ 76,69	1,26%
EPI	R\$ 11,31	0,19%
Material	R\$ 35,82	0,59%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.836,10	30,22%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 832,15	13,70%
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 437,55	7,20%
Afastamento maternidade	R\$ 2,04	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 410,98	6,76%
Custo de rescisão	R\$ 131,49	2,16%
Outros*	R\$ 21,89	0,36%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 417,62	6,87%
Custos Indiretos	R\$ 42,44	0,70%
Lucro	R\$ 14,25	0,23%
Tributos	R\$ 360,93	5,94%
ISS	R\$ 121,53	2,00%
PIS	R\$ 42,53	0,70%
COFINS	R\$ 196,87	3,24%
Total	R\$ 6.076,27	100,00%
Valor da hora	R\$	31,75
Quantidade disponível de horas		0,1606
Valor mensal volante	R\$	5,10

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

LIMPADOR DE VIDROS - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$ 1.742,91	42,38%
Salário-base	R\$ 1.742,91	42,38%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 811,93	19,74%
Vale-transporte	R\$ 135,67	3,30%
Custo mensal	R\$ 240,24	5,84%
Parcela do trabalhador	-R\$ 104,57	-2,54%
Vale-refeição	R\$ 460,25	11,19%
Custo mensal	R\$ 491,68	11,96%
Dia da categoria – 16/maio	R\$ 1,65	0,04%
Parcela do trabalhador	-R\$ 33,08	-0,80%
Cesta básica	R\$ 137,79	3,35%
Assistência médica familiar	R\$ 33,65	0,82%
Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,20	0,37%
Auxílio-creche	R\$ 22,30	0,54%
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$ 7,07	0,17%
Insumos Diversos	R\$ 82,88	2,02%
Uniforme	R\$ 38,29	0,93%
EPI	R\$ 8,77	0,21%
Material	R\$ 35,82	0,87%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.192,13	28,99%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 540,30	13,14%
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 284,09	6,91%
Afastamento maternidade	R\$ 1,32	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 266,84	6,49%
Custo de rescisão	R\$ 85,37	2,08%
Outros*	R\$ 14,21	0,35%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 282,66	6,87%
Custos Indiretos	R\$ 28,72	0,70%
Lucro	R\$ 9,65	0,23%
Tributos	R\$ 244,29	5,94%
ISS	R\$ 82,25	2,00%
PIS	R\$ 28,79	0,70%
COFINS	R\$ 133,25	3,24%
Total	R\$ 4.112,51	100,00%
Valor da hora	R\$	21,49
Quantidade disponível de horas		1,0000
Valor mensal volante	R\$	21,49

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

ENCARREGADO DE LIMPADOR DE VIDROS - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$ 2.080,90	44,04%
Salário-base	R\$ 2.080,90	44,04%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 791,65	16,76%
Vale-transporte	R\$ 115,39	2,44%
Custo mensal	R\$ 240,24	5,08%
Parcela do trabalhador	-R\$ 124,85	-2,64%
Vale-refeição	R\$ 460,25	9,74%
Custo mensal	R\$ 491,68	10,41%
Dia da categoria – 16/maio	R\$ 1,65	0,03%
Parcela do trabalhador	-R\$ 33,08	-0,70%
Cesta básica	R\$ 137,79	2,92%
Assistência médica familiar	R\$ 33,65	0,71%
Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,20	0,32%
Auxílio-creche	R\$ 22,30	0,47%
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$ 7,07	0,15%
Insumos Diversos	R\$ 104,04	2,20%
Uniforme	R\$ 59,45	1,26%
EPI	R\$ 8,77	0,19%
Material	R\$ 35,82	0,76%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.423,34	30,13%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 645,08	13,65%
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 339,19	7,18%
Afastamento maternidade	R\$ 1,58	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 318,59	6,74%
Custo de rescisão	R\$ 101,93	2,16%
Outros*	R\$ 16,97	0,36%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 324,72	6,87%
Custos Indiretos	R\$ 33,00	0,70%
Lucro	R\$ 11,08	0,23%
Tributos	R\$ 280,64	5,94%
ISS	R\$ 94,49	2,00%
PIS	R\$ 33,07	0,70%
COFINS	R\$ 153,08	3,24%
Total	R\$ 4.724,65	100,00%
Valor da hora	R\$	24,68
Quantidade disponível de horas		0,1500
Valor mensal volante	R\$	3,70

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

VARREDOR DE ÁREAS PÚBLICAS PRIVADAS - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$ 1.658,92	41,83%
Salário-base	R\$ 1.658,92	41,83%
Benefícios Mensais e Diários	R\$ 816,96	20,60%
Vale-transporte	R\$ 140,70	3,55%
Custo mensal	R\$ 240,24	6,06%
Parcela do trabalhador	-R\$ 99,54	-2,51%
Vale-refeição	R\$ 460,25	11,60%
Custo mensal	R\$ 491,68	12,40%
Dia da categoria – 16/maio	R\$ 1,65	0,04%
Parcela do trabalhador	-R\$ 33,08	-0,83%
Cesta básica	R\$ 137,79	3,47%
Assistência médica familiar	R\$ 33,65	0,85%
Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,20	0,38%
Auxílio-creche	R\$ 22,30	0,56%
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$ 7,07	0,18%
Insumos Diversos	R\$ 82,88	2,09%
Uniforme	R\$ 38,29	0,97%
EPI	R\$ 8,77	0,22%
Material	R\$ 35,82	0,90%
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$ 1.134,70	28,61%
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 514,27	12,97%
13º Salário + Adicional de férias	R\$ 270,40	6,82%
Afastamento maternidade	R\$ 1,26	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 253,98	6,40%
Custo de rescisão	R\$ 81,26	2,05%
Outros*	R\$ 13,53	0,34%
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$ 272,58	6,87%
Custos Indiretos	R\$ 27,70	0,70%
Lucro	R\$ 9,30	0,23%
Tributos	R\$ 235,58	5,94%
ISS	R\$ 79,32	2,00%
PIS	R\$ 27,76	0,70%
COFINS	R\$ 128,50	3,24%
Total	R\$ 3.966,04	100,00%
Valor da hora	R\$	20,72
Quantidade disponível de horas		1,0000
Valor mensal volante	R\$	20,72

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

Itens	Custo unitário (R\$)	Quantidade por funcionário	Vida útil (meses)	Áreas operacionais*	Encarregados**
Uniforme					
Boné/gorro	R\$ 8,50	1	12	R\$ 0,71	R\$ 0,71
Calça	R\$ 43,15	2	6	-	R\$ 14,38
Camisa de manga curta	R\$ 90,00	2	6	-	R\$ 30,00
Conjunto de calça camisa – uniforme operacional	R\$ 69,65	2	6	R\$ 23,22	-
Crachá de identificação	R\$ 2,90	1	12	R\$ 0,24	R\$ 0,24
Jaleco	R\$ 22,50	1	12	R\$ 1,88	R\$ 1,88
Meia	R\$ 6,24	2	4	R\$ 3,12	R\$ 3,12
Tênis/sapato	R\$ 54,70	1	6	R\$ 9,12	R\$ 9,12
Total (R\$)				R\$ 38,29	R\$ 59,45
Custo total mensal (R\$) – Uniforme				R\$ 38,29	R\$ 59,45
Equipamento de proteção individual (EPI)					
Luva de látex cano longo	R\$ 5,25	2	2	R\$ 5,25	R\$ 5,25
Bota de segurança impermeável (PVC)	R\$ 42,24	1	12	R\$ 3,52	R\$ 3,52
Total (R\$)				R\$ 8,77	R\$ 8,77
Custo total mensal (R\$) – EPI				R\$ 8,77	R\$ 8,77
Equipamento de proteção coletiva (EPC)					
Andaime	R\$ 953,70	1	120	R\$ 7,95	R\$ 7,95
Total (R\$)				R\$ 7,95	R\$ 7,95
Custo total mensal (R\$) – EPC				R\$ 7,95	R\$ 7,95

Custo com Material	Valor
Custo de mão de obra	R\$ 3.545,72
Coeficiente (%)	1%
Total	R\$ 35,46
Residual (%)	99
Divisão	100
Custo para calculo do material	R\$ 3.581,54
Custo mensal com material	R\$ 35,82

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

Itens	Custo unitário (R\$)	Quantidade por funcionário	Vida útil (meses)	Áreas operacionais*	Encarregados**
Uniforme					
Boné/gorro	R\$ 8,50	1	12	R\$ 0,71	R\$ 0,71
Calça	R\$ 43,15	2	6	-	R\$ 14,38
Camisa de manga curta	R\$ 90,00	2	6	-	R\$ 30,00
Conjunto de calça camisa – uniforme operacional	R\$ 69,65	2	6	R\$ 23,22	-
Crachá de identificação	R\$ 2,90	1	12	R\$ 0,24	R\$ 0,24
Jaleco	R\$ 22,50	1	12	R\$ 1,88	R\$ 1,88
Meia	R\$ 6,24	2	4	R\$ 3,12	R\$ 3,12
Tênis/sapato	R\$ 54,70	1	6	R\$ 9,12	R\$ 9,12
Total (R\$)				R\$ 38,29	R\$ 59,45
Custo 0,29 - Uniforme				R\$ 11,10	R\$ 17,24
Custo mensal (R\$) – Uniforme				R\$ 49,39	R\$ 76,69
Equipamento de proteção individual (EPI)					
Luva de látex cano longo	R\$ 5,25	2	2	R\$ 5,25	R\$ 5,25
Bota de segurança impermeável (PVC)	R\$ 42,24	1	12	R\$ 3,52	R\$ 3,52
Total (R\$)				R\$ 8,77	R\$ 8,77
Custo 0,29 - Uniforme				R\$ 2,54	R\$ 2,54
Custo mensal (R\$) – Uniforme				R\$ 11,31	R\$ 11,31

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

RESUMO DE QUADRO DE FUNCIONÁRIOS					
CARGOS	QUANTIDADE	TIPO (FIXO) OU (VOLANTE)	VALOR (FIXO)	VALOR HORA (VOLANTE)	VALOR TOTAL MÊS (FIXO) / (VOLANTE)
FAXINEIRO MEIO PERÍODO	4,00	FIXO	R\$ 2.242,56		R\$ 8.970,24
ENCARREGADO	0,50	VOLANTE		R\$ 24,68	R\$ 12,34
LIMPADOR DE VIDRO	1,00	VOLANTE		R\$ 21,49	R\$ 21,49
ENCARREGADO DE VIDRO	0,15	VOLANTE		R\$ 24,68	R\$ 3,70
VARREDOR	1,00	VOLANTE		R\$ 20,72	R\$ 20,72
FAXINEIRO PARTICIPATIVA	1,00	FIXO	R\$ 4.942,63		R\$ 4.942,63
ENCARREGADO PARTICIPATIVA	0,1606	VOLANTE		R\$ 31,75	R\$ 5,10
Total mensal (R\$)					R\$ 13.976,22
Prazo contratual					30
Valor total contratual (R\$)					R\$ 419.286,60

B.D.I			
Item	Total	Componentes	Subtotal
Despesas indiretas	0,75	Administração central	0,25%
		Seguros	0,50%
Lucro	0,25	Lucro	0,25%
Despesas fiscais	5,94	PIS	0,70%
		COFINS	3,24%
		ISSQN	2,00%
Fórmula de cálculo do B.D.I	$(1 + A) \times (1 + B)$	1,01	
	$(1 - C)$	0,94	
Resultado do calculo - B.D.I	1,0745		
B.D.I (%)	7,45%		

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da silva gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br

Encargos Sociais e Trabalhistas	% Encargos
Grupo A – Encargos Sociais Básicos	31,0000%
Previdência Social	20,0000%
SESI/Sesc	0,0000%
SENAI/Senac	0,0000%
Incra	0,0000%
Sebrae	0,0000%
Salário-educação	0,0000%
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%
Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado	11,6870%
Férias	9,1560%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,5420%
Ausências legais	0,9130%
Licença-paternidade	0,0300%
Acidente de trabalho	0,0340%
Aviso-prévio trabalhado	0,0120%
Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário	12,4430%
Adicional de férias	3,0520%
13º salário	9,3910%
Grupo D – Obrigações Rescisórias	4,8984%
Aviso-prévio indenizado	3,3950%
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,2720%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,1130%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1180%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0004%
Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais	0,8915%
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	0,0760%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0015%
Percentual referente ao abono pecuniário	0,1310%
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	0,6600%
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0230%
Grupo F – Incidências Cumulativas	7,4800%
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	7,4800%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	3,6230%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	3,8570%
Total Geral	68,3999%

DLX REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ Nº: 23.093.026/0001-27 - IE Nº: 135.047.802.113 - IM Nº 551591

Rua: Yolanda da Silva Gamba 4-85 62D, Jardim Samburá, Bauru / SP - CEP: 17047-190

Fone: (14) 3198-1706 – E-mail: dlx@terra.com.br



Departamento de Polícia Judiciária do Interior – DEINTER 6 – Santos
Delegacia Seccional de Polícia de Jacupiranga - UGE 180316
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025
(Processo Administrativo SEI nº 058.00011643/2025-43)

Dados Cadastrais da Empresa:

Razão Social: PROLIMP SERVICOS E SANEAMENTO LTDA

CNPJ: 39.298.324/0001-93

Endereço: R Dr. Walter Arates, 241, Sala 2, Jd. Arantes, P. Venceslau-SP, CEP 19407-166.

Telefone: (11) 5026-5864 / (18) 99660-6768

E-mail: comercial@prolimp-bmw.com.br

Dados Bancários: Banco do Brasil, AG. 320-4 , C/C. 51048-3

Item	Descrição dos serviços	Unidade 01 802,00	Unidade 02 1.443,00	Área (m²/mês) 2245,00	Valor Unitário	Valor Total
1	Áreas Internas - Pisos acarpetados			0,00	R\$ 5,73	R\$ -
2	Áreas Internas - Pisos frios	379,00	190,00	569,00	R\$ 4,48	R\$ 2.549,12
3	Áreas Internas - Laboratórios			0,00	R\$ 10,42	R\$ -
4	Áreas Internas - almoxarifados/galpões			0,00	R\$ 2,55	R\$ -
5	Áreas Internas - Oficinas			0,00	R\$ 2,87	R\$ -
6	Áreas internas - Com espaços Livres -saguão, hall, salão	150,00	51,00	201,00	R\$ 4,30	R\$ 864,30
7	Áreas Internas - Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação	12,00	22,00	34,00	R\$ 7,18	R\$ 244,12
8	Áreas Externas - Pisos pavimentados adjacentes/ contíguos às edificações	162,00		162,00	R\$ 2,87	R\$ 464,94
9	Áreas Externas - Varrição de passeios e arruamentos		1.150,00	1.150,00	R\$ 0,59	R\$ 678,50
10	Áreas Externas – Pátios e Áreas Verdes – Alta Frequência			0,00	R\$ 0,54	R\$ -
11	Áreas Externas – Pátios e Áreas Verdes – Média Frequência			0,00	R\$ 0,27	R\$ -
12	Áreas Externas – Pátios e Áreas Verdes – Baixa Frequência			0,00	R\$ 0,13	R\$ -
13	Áreas Externas - Coleta de Detritos em Pátios e Áreas Verdes – diária (em há)*			0,00	R\$ 342,20	R\$ -
14	Vidros Externos – Frequência Trimestral (Sem Exposição a Risco)	99,00	30,00	129,00	R\$ 1,76	R\$ 227,04
15	Vidros Externos – Frequência Semestral (Sem Exposição a Risco)			0,00	R\$ 1,63	R\$ -
16	Vidros Externos – Frequência Trimestral (Com Exposição a Risco)			0,00	R\$ 2,60	R\$ -
17	Vidros Externos – Frequência Semestral (Com Exposição a Risco)			0,00	R\$ 2,22	R\$ -
					TOTAL MENSAL (R\$)	R\$ 5.028,02
					PRAZO CONTRATUAL (MESES)	30
					VALOR TOTAL (R\$)	R\$ 150.840,60

Referência dos preços: CADTERC - Janeiro/2024

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Presidente Venceslau,

**PROLIMP SERVICOS E
SANEAMENTO
LTDA:39298324000193**

PROLIMP PRESTADORA DE SERVIÇOS
CNPJ - 39.298.324/0001-93
Tamires Rodrigues
Diretora

Assinado de forma digital por
PROLIMP SERVICOS E SANEAMENTO
LTDA:39298324000193
Dados: 2025.04.22 13:57:28 -03'00'

À Delegacia Seccional de Polícia de Sorocaba

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2025
Processo Administrativo nº 058.00009570/2025-20

Razão Social: Montclean Serviços Terceirizados LTDA
CNPJ: 22.895.660/0001-10
Endereço: Rua Inácio de Aguirre, 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP
E-mail: montclean.licitacao@gmail.com
Telefone para contato: (19) 3217-7776
Agência/Conta Corrente - Banco do Brasil: 2324-8/100005-5
Nome Responsável Legal: Edson Vieira
CPF: 272.746.028-70

Unidade nº 1: DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SOROCABA - Endereço: Avenida General Carneiro , nº 1032, Vila Lucy, Sorocaba/SP – CEP 18043-003

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$/m²)	TOTAL MENSAL POR ITEM (R\$)
	Áreas internas			
1	Pisos frios (Item Siafísico – 162868 – Item Cadser 24090)	1351	R\$ 5,95	R\$ 8.038,45
	Vidros externos			
2	Vidros Externos – frequência trimestral - sem exposição à situação de risco) – (Item Siafísico 162841 – Item Cadser 24090)	154	R\$ 1,90	R\$ 292,60
3	Vidros Externos – frequência trimestral - com exposição à situação de risco) – (Item Siafísico 162868 – Item Cadser 24090)	80	R\$ 2,32	R\$ 185,60
TOTAL MENSAL (R\$)				R\$ 8.516,65
PRAZO CONTRATUAL				30 Meses
VALOR TOTAL (R\$)				R\$ 255.499,50

Unidade nº 2: SETOR DE ALMOXARIFADO - Endereço: Rua Gustavo Teixeira, nº 166, Vila Independência, Sorocaba/SP – CEP 18040-323.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ÁREA (m²)	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$/m²)	TOTAL MENSAL POR ITEM (R\$)
	Áreas internas			
4	Almoxarifado/galpões (Item Siafísico 162752 – Item Cadser 24090)	331	R\$ 2,65	R\$ 877,15
	Áreas externas			
5	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações (Item Siafísico 162787 – Item Cadser 24090)	54	R\$ 2,98	R\$ 160,92
TOTAL MENSAL (R\$)				R\$ 1.038,07
PRAZO CONTRATUAL				30 Meses
VALOR TOTAL (R\$)				R\$ 31.142,10

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, Nº 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP
Fone: (19) 3217-7776 E-mail:montclean.licitacao@gmail.com

Valor Total Grupo Único (Unidade nº 1 e Unidade nº 2):

Delegacias	Valor Mensal
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA SOROCABA	R\$ 8.516,65
SETOR DE ALMOXARIFADO	R\$ 1.038,07
TOTAL MENSAL	R\$ 9.554,72
TOTAL 30 MESES	R\$ 286.641,60

- **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 dias corridos contados a partir da apresentação da proposta

- **CONVENÇÃO UTILIZADA:** SEAC x SIEMACO 2025

Monte Mor, 19 de Março de 2025.

EDSON

VIEIRA:148

57498839

Assinado de forma
digital por EDSON

VIEIRA:14857498839

Dados: 2025.03.19

09:04:56 -03'00'

Edson Vieira
Diretor

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP

Fone: (19) 3217-7776 E-mail: montclean.licitacao@gmail.com

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Faxineiro – 44 horas semanais – diurno		
	Memória de Cálculo	
ITEM	Discriminação dos Custos	Valores
1. Remuneração		R\$ 1.717,20
1.1	Salário-base	R\$ 1.717,20
1.2	Adicional de periculosidade	
1.3	Adicional de insalubridade	
1.4	Feriado remunerado	
1.5	Folguista	
2. Benefícios Mensais e Diários		R\$ 741,05
2.1	Vale-transporte	R\$ 120,19
2.1.1	Custo mensal	R\$ 223,22
2.1.2	Parcela do trabalhador	R\$ 103,03
2.1.3	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.2	Vale-refeição	R\$ 395,52
2.2.1	Parcela do empregador	R\$ 422,05
2.3	Dia da Categoria	R\$ 1,73
2.3.1	Parcela do trabalhador	R\$ 28,26
2.3.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.4	Cesta básica	R\$ 144,68
2.4.1	Custo com cesta básica	R\$ 144,68
2.4.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.5	Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.1	Custo com benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.6	Auxílio Creche	R\$ 22,30
2.7	Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 7,07
2.8	Benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.1	Custo com benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
3. Insumos Diversos		R\$ 146,55
3.1	Uniforme	R\$ 18,57
3.1.1	Valor mensal	R\$ 18,57

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP

Fone: (19) 3217-7776 E-mail: montclean.licitacao@gmail.com

3.1.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.2	EPI	R\$ 7,98
3.2.1	Valor mensal	R\$ 7,98
3.2.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.3	Material	R\$ 120,00
4. Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 1.086,45
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 532,33
4.2	13º Salário + Adicional de férias	R\$ 370,69
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 0,49
4.4	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 15,15
4.5	Custo de rescisão	R\$ 32,65
4.6	Outros*	R\$ 135,14
5. Custos Indiretos, Lucro e Tributos		R\$ 547,95
5.1	Custos Indiretos	R\$ 147,65
5.2	Lucro	R\$ 147,65
5.3	Tributos - Simples Nacional	
5.3.1	ISS	R\$ 84,78
5.3.1	PIS	R\$ 30,52
5.3.1	COFINS	R\$ 137,35
TOTAL		
VALOR MENSAL - Somatório de 1 a 5		R\$ 4.239,21
VALORES PARCIAIS - CATEGORIA PROFISSIONAL: FAXINEIRO		
Valor mensal:		R\$ 4.239,21
Valor Hora		22,15

Encarregado de Faxineiro – 44 horas semanais – diurno		
Memória de Cálculo		
ITEM	Discriminação dos Custos	Valores
1. Remuneração		R\$ 2.247,37
1.1	Salário-base	R\$ 2.247,37
1.2	Adicional de periculosidade	
1.3	Adicional de insalubridade	
1.4	Feriado remunerado	
1.5	Folguista	
2. Benefícios Mensais e Diários		R\$ 709,24

MONT CLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

 Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP
 Fone: (19) 3217-7776 E-mail: montclean.licitacao@gmail.com

2.1	Vale-transporte	R\$ 88,38
2.1.1	Custo mensal	R\$ 223,22
2.1.2	Parcela do trabalhador	R\$ 134,84
2.1.3	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.2	Vale-refeição	R\$ 395,52
2.2.1	Parcela do empregador	R\$ 422,05
2.3	Dia da Categoria	R\$ 1,73
2.3.1	Parcela do trabalhador	R\$ 28,26
2.3.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.4	Cesta básica	R\$ 144,68
2.4.1	Custo com cesta básica	R\$ 144,68
2.4.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.5	Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.1	Custo com benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.6	Auxílio Creche	R\$ 22,30
2.7	Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 7,07
2.8	Benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.1	Custo com benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
3. Insumos Diversos		R\$ 151,04
3.1	Uniforme	R\$23,06
3.1.1	Valor mensal	R\$ 23,06
3.1.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.2	EPI	R\$7,98
3.2.1	Valor mensal	R\$ 7,98
3.2.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.3	Material	R\$ 120,00
4. Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 1.421,86
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 696,68
4.2	13º Salário + Adicional de férias	R\$ 485,13
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 0,64
4.4	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 19,82
4.5	Custo de rescisão	R\$ 42,73
4.6	Outros*	R\$ 176,86
5. Custos Indiretos, Lucro e Tributos		R\$ 672,39
5.1	Custos Indiretos	R\$ 181,18
5.2	Lucro	R\$ 181,18

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP

Fone: (19) 3217-7776 E-mail:montclean.licitacao@gmail.com

5.3	Tributos - Simples Nacional	
5.3.1	ISS	R\$ 104,04
5.3.1	PIS	R\$ 37,45
5.3.1	COFINS	R\$ 168,54
TOTAL		
VALOR MENSAL - Somatório de 1 a 5		R\$ 5.201,90
VALORES PARCIAIS - CATEGORIA PROFISSIONAL: ENCARREGADO		
Valor mensal:		R\$ 5.201,90
Valor Hora		27,18

Limpador de Vidros Sem Periculosidade – 44 horas semanais – diurno		
Memória de Cálculo		
ITEM	Discriminação dos Custos	Valores
1. Remuneração		R\$ 1.882,34
1.1	Salário-base	R\$ 1.882,34
1.2	Adicional de periculosidade	
1.3	Adicional de insalubridade	
1.4	Feriado remunerado	
1.5	Folguista	
2. Benefícios Mensais e Diários		R\$ 731,14
2.1	Vale-transporte	R\$ 110,28
2.1.1	Custo mensal	R\$ 223,22
2.1.2	Parcela do trabalhador	R\$ 112,94
2.1.3	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.2	Vale-refeição	R\$ 395,52
2.2.1	Parcela do empregador	R\$ 422,05
2.3	Dia da Categoria	R\$ 1,73
2.3.1	Parcela do trabalhador	R\$ 28,26
2.3.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.4	Cesta básica	R\$ 144,68
2.4.1	Custo com cesta básica	R\$ 144,68
2.4.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.5	Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.1	Custo com benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.6	Auxílio Creche	R\$ 22,30

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

 Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP
 Fone: (19) 3217-7776 E-mail: montclean.licitacao@gmail.com

2.7	Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 7,07
2.8	Benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.1	Custo com benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
3. Insumos Diversos		R\$ 146,55
3.1	Uniforme	R\$ 18,57
3.1.1	Valor mensal	R\$ 18,57
3.1.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.2	EPI	R\$ 7,98
3.2.1	Valor mensal	R\$ 7,98
3.2.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.3	Material	R\$ 120,00
4. Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 1.190,92
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 583,53
4.2	13° Salário + Adicional de férias	R\$ 406,33
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 0,54
4.4	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 16,60
4.5	Custo de rescisão	R\$ 35,79
4.6	Outros*	R\$ 148,13
5. Custos Indiretos, Lucro e Tributos		R\$ 586,51
5.1	Custos Indiretos	R\$ 158,04
5.2	Lucro	R\$ 158,04
5.3	Tributos - Simples Nacional	
5.3.1	ISS	R\$ 90,75
5.3.1	PIS	R\$ 32,67
5.3.1	COFINS	R\$ 147,01
TOTAL		
VALOR MENSAL - Somatório de 1 a 5		R\$ 4.537,46
VALORES PARCIAIS - CATEGORIA PROFISSIONAL: LIMPADOR DE VIDROS		
Valor mensal:		R\$ 4.537,46
Valor Hora		23,71

Limpador de Vidros Com Periculosidade – 44 horas semanais – diurno		
	Memória de Cálculo	
ITEM	Discriminação dos Custos	Valores
1. Remuneração		R\$ 2.447,04

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP

Fone: (19) 3217-7776 E-mail: montclean.licitacao@gmail.com

1.1	Salário-base	R\$ 1.882,34
1.2	Adicional de periculosidade	R\$ 564,70
1.3	Adicional de insalubridade	
1.4	Feriado remunerado	
1.5	Folguista	
2. Benefícios Mensais e Diários		R\$ 731,14
2.1	Vale-transporte	R\$ 110,28
2.1.1	Custo mensal	R\$ 223,22
2.1.2	Parcela do trabalhador	R\$ 112,94
2.1.3	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.2	Vale-refeição	R\$ 395,52
2.2.1	Parcela do empregador	R\$ 422,05
2.3	Dia da Categoria	R\$ 1,73
2.3.1	Parcela do trabalhador	R\$ 28,26
2.3.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.4	Cesta básica	R\$ 144,68
2.4.1	Custo com cesta básica	R\$ 144,68
2.4.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.5	Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.1	Custo com benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.6	Auxílio Creche	R\$ 22,30
2.7	Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 7,07
2.8	Benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.1	Custo com benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
3. Insumos Diversos		R\$ 146,55
3.1	Uniforme	R\$18,57
3.1.1	Valor mensal	R\$ 18,57
3.1.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.2	EPI	R\$7,98
3.2.1	Valor mensal	R\$ 7,98
3.2.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.3	Material	R\$ 120,00
4. Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 1.548,19
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 758,58
4.2	13º Salário + Adicional de férias	R\$ 528,23

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP

Fone: (19) 3217-7776 E-mail:montclean.licitacao@gmail.com

4.3	Afastamento maternidade	R\$ 0,70
4.4	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 21,58
4.5	Custo de rescisão	R\$ 46,53
4.6	Outros*	R\$ 192,57
5. Custos Indiretos, Lucro e Tributos		R\$ 723,38
5.1	Custos Indiretos	R\$ 194,92
5.2	Lucro	R\$ 194,92
5.3	Tributos - Simples Nacional	
5.3.1	ISS	R\$ 111,93
5.3.1	PIS	R\$ 40,29
5.3.1	COFINS	R\$ 181,32
TOTAL		
VALOR MENSAL - Somatório de 1 a 5		R\$ 5.596,30
VALORES PARCIAIS - CATEGORIA PROFISSIONAL: LIMPADOR DE VIDROS PERICULOSIDADE		
Valor mensal:		R\$ 5.596,30
Valor Hora		29,24

Lider Limpador de Vidros Com Periculosidade – 44 horas semanais – diurno		
Memória de Cálculo		
ITEM	Discriminação dos Custos	Valores
1. Remuneração		R\$ 2.434,64
1.1	Salário-base	R\$ 1.872,80
1.2	Adicional de periculosidade	R\$ 561,84
1.3	Adicional de insalubridade	
1.4	Feriado remunerado	
1.5	Folguista	
2. Benefícios Mensais e Diários		R\$ 731,71
2.1	Vale-transporte	R\$ 110,85
2.1.1	Custo mensal	R\$ 223,22
2.1.2	Parcela do trabalhador	R\$ 112,37
2.1.3	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.2	Vale-refeição	R\$ 395,52
2.2.1	Parcela do empregador	R\$ 422,05
2.3	Dia da Categoria	R\$ 1,73
2.3.1	Parcela do trabalhador	R\$ 28,26

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

 Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP
 Fone: (19) 3217-7776 E-mail: montclean.licitacao@gmail.com

2.3.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.4	Cesta básica	R\$ 144,68
2.4.1	Custo com cesta básica	R\$ 144,68
2.4.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.5	Benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.1	Custo com benefício social familiar e natalidade	R\$ 15,96
2.5.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
2.6	Auxílio Creche	R\$ 22,30
2.7	Norma Regulamentadora N° 07	R\$ 7,07
2.8	Benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.1	Custo com benefício Assistência médica familiar	R\$ 35,33
2.8.2	Crédito PIS/COFINS	R\$ 0,00
3. Insumos Diversos		R\$ 146,55
3.1	Uniforme	R\$18,57
3.1.1	Valor mensal	R\$ 18,57
3.1.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.2	EPI	R\$7,98
3.2.1	Valor mensal	R\$ 7,98
3.2.2	Créditos Pis/Cofins	R\$ 0,00
3.3	Material	R\$ 120,00
4. Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$ 1.540,35
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 754,74
4.2	13° Salário + Adicional de férias	R\$ 525,56
4.3	Afastamento maternidade	R\$ 0,69
4.4	Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 21,47
4.5	Custo de rescisão	R\$ 46,29
4.6	Outros*	R\$ 191,60
5. Custos Indiretos, Lucro e Tributos		R\$ 720,45
5.1	Custos Indiretos	R\$ 194,13
5.2	Lucro	R\$ 194,13
5.3	Tributos - Simples Nacional	
5.3.1	ISS	R\$ 111,47
5.3.1	PIS	R\$ 40,13
5.3.1	COFINS	R\$ 180,59
TOTAL		
VALOR MENSAL - Somatório de 1 a 5		R\$ 5.573,70

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP

Fone: (19) 3217-7776 E-mail:montclean.licitacao@gmail.com

VALORES PARCIAIS - CATEGORIA PROFISSIONAL: LIDER LIMPADOR DE VIDROS PERICULOSIDADE	
Valor mensal:	R\$ 5.573,70
Valor Hora	29,12

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Item	FUNCIONARIOS	Quantidade (Mensal/Hora)	Valor Unitário (Mensal/Hora)	Valor Total
1	FAXINEIRO 44 HORAS SEMANAIS	2	R\$ 4.239,21	R\$ 8.478,42
2	FAXINEIRO HORISTA	45,7415	R\$ 22,15	R\$ 1.013,17
3	ENCARREGADO	0,1	R\$ 27,18	R\$ 2,72
4	LIMPADOR DE VIDROS SEM RISCO	1,5	R\$ 23,71	R\$ 35,57
5	LIMPADOR DE VIDROS COM RISCO	0,75	R\$ 29,24	R\$ 21,93
6	LIDER DE LIMPADOR DE VIDROS COM RISCO	0,1	R\$ 29,12	R\$ 2,91
TOTAL MENSAL (R\$)				R\$ 9.554,72
PRAZO CONTRATUAL				30 Meses
VALOR TOTAL (R\$)				R\$ 286.641,60

MONTCLEAN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

CNPJ 22.895.660/0001-10

Rua Inácio Ferreira de Aguirre, N° 241 – Cidade Jardim – Monte Mor/SP

Fone: (19) 3217-7776 E-mail: montclean.licitacao@gmail.com

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00065091/2025-93

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de empresa visando prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial para as unidades policiais:

	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
1	Delegacia Seccional de Polícia de Jales	AV. PAULO MARCONDES, 1075, JD. MONTEREY, JALES	17-3632-1921
2	Almoxarifado/Depósito	RUA WALDIR LOPES, 101, PQ. INDUSTRIAL, JALES	17-3632-1921
3	Central de Polícia Judiciária de Jales	AV. JOÃO AMADEU, 2245, CENTRO, JALES	17-3632-9000
4	DDM de Santa Fé do Sul	R. UM, 960, VL. MARIA, SANTA FÉ DO SUL	17-3631-1053
5	Delegacia de Polícia de Aparecida d'Oeste	R. JOSE VIEIRA DA ROCHA, 920, JD. STA LUZIA, APARECIDA D'OESTE	17-3635-1276
6	Delegacia de Polícia de Aspásia	AV. BRASIL, 142, CENTRO, ASPASIA	17-3664-1164
7	Delegacia de Polícia de Dirce Reis	AV. PRINCESA ISABEL, 2056, CENTRO, DIRCE REIS	17-3694-1167
8	Delegacia de Polícia de Dolcinópolis	AV. DOMINGOS ROSSI, CENTRO, DOLCINOPOLIS	17-3636-1129
9	Delegacia de Polícia de Marinópolis	R. PARANA, 446, CENTRO, MARINOPOLIS	17-3695-1147
10	Delegacia de Polícia de Mesópolis	R. DIONISIO FELISBERTO SILVA, 1521, BOA ESPERANCA, MESOPOLIS	17-3638-6150
11	Delegacia de Polícia de Nova Canaã Paulista	R. SEIS, 534, CENTRO, NOVA CANAA PAULISTA	17-3681-1155
12	Delegacia de Polícia de Palmeira d'Oeste	AV. EUCLIDES DA CUNHA, 4525, CENTRO, PALMEIRA D'OESTE	17-3651-1400
13	Delegacia de Polícia de Paranapuã	R. PEDRO LANZONI, 2259, CENTRO, PARANAPUA	17-3648-1122
14	Delegacia de Polícia de Pontalinda	R. MANOEL NEO DE CARVALHO, 1490, CENTRO, PONTALINDA	17-3699-1149
15	Delegacia de Polícia de Rubinéia	PÇA. TRINTA E UM DE MARÇO, S/N, PÇA DA MATRIZ, RUBINEIA	17-3661-1147
16	Delegacia de Polícia de Santa Albertina	R. ARMINDO PILHALARMI, 710, CENTRO, SANTA ALBERTINA	17-3633-1266
17	Delegacia de Polícia de Santa Clara d'Oeste	AV. JUAN PELAYO HERNANDES, 162, CENTRO, SANTA CLARA D'OESTE	17-3663-1148
18	Delegacia de Polícia de Santa Fé do Sul	AV. NAVARRO DE ANDRADE, 56, CENTRO, SANTA FÉ DO SUL	17-3631-6082
19	Delegacia de Polícia de Santa Rita d'Oeste	R. ANTONIO TAVARES, S/N, CENTRO, SANTA RITA D'OESTE	17-3643-1122
20	Delegacia de Polícia de Santa Salete	R. ANTONIO LUIZ CINTRA, 295, CENTRO, SANTA SALETE	17-3662-1377
21	Delegacia de Polícia de Santana da Ponte Pensa	AV. SANTANA, 804, CENTRO, SANTANA DA PONTE Pensa	17-3692-1133
22	Delegacia de Polícia de São Francisco	R. SAO PAULO, 660, CENTRO, SAO FRANCISCO	17-3693-1123
23	Delegacia de Polícia de Três Fronteiras	AV. PRESIDENTE VARGAS, 123, CENTRO, TRES FRONTEIRAS	17-3691-1144
24	Delegacia de Polícia de Urânia	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 31, CENTRO, URANIA	17-3634-1235
25	Delegacia de Polícia de Vitória Brasil	R. TIRADENTES, 355, CENTRO, VITORIA BRASIL	17-3642-1225

2.2. Os serviços deverão ser prestados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos conforme a demanda, e seguirão as normas técnicas, legislações aplicáveis e as melhores práticas do mercado.

2.3. Os objetivos desta contratação incluem:

2.3.1. Manter as condições de limpeza e conservação necessárias para o funcionamento adequado das unidades.

2.3.2. Conservar os bens móveis e imóveis.

2.3.3. Atender à demanda gerada pela falta de profissionais na área no quadro efetivo das unidades.

2.3.4. Garantir a infraestrutura mínima de higiene para os servidores e o público em geral.

2.3.5. Aumentar a durabilidade dos bens públicos através da conservação, seguindo o princípio da economicidade que orienta a administração pública.

2.4. Suprir a demanda provocada pela inexistência de profissionais que atuem na área, no quadro efetivo das unidades.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JALES - SETOR DE FINANÇAS	MIRO ISSAMU SAWADA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada, além da disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais, utensílios, e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços de limpeza das áreas envolvidas, bem como das obrigações constantes na minuta de termo de contrato, obriga-se a:

4.1. Obrigações e Responsabilidades Genéricas

4.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

4.1.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto(s) que tenha (m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

4.1.3. Observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional. Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no artigo 16 da Lei Federal nº 13.874/2019.

4.1.4. Disponibilizar o número necessário de empregados para a prestação dos serviços, devidamente registrados em suascarteiras de trabalho.

4.1.5. No início de cada mês, fornecer ao Contratante todo o material de limpeza (saneantes domissanitários e produtos químicos) a ser utilizado na execução do serviço de limpeza no período, em quantidade e qualidade adequadas para a aprovação pela fiscalização do contrato.

4.1.6. Cabe à Contratada completar ou substituir o material considerado inadequado pelo Contratante no prazo de 24 horas. Respeitar a legislação vigente para o transporte, manuseio e armazenagem dos saneantes domissanitários e dos produtos químicos.

4.1.7. Manter os empregados que executarão o serviço devidamente uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

4.1.8. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.

4.1.9. Identificar todos os equipamentos, ferramentais e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.

4.1.10. Implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, fornecendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas.

4.1.11. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos

trabalhos. Esses encarregados terão a obrigação de se reportarem, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes.

4.1.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito.

4.1.13. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

4.1.14. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante.

4.1.15. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

4.1.16. Prestar os serviços dentro de parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo todos os saneantes domissanitários e materiais, incluindo sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

4.1.17. A Contratada deverá distribuir nos sanitários papel higiênico, sabonete e papel toalha, de forma a garantir a manutenção de seu abastecimento.

4.1.18. Observar conduta adequada na utilização dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, objetivando a correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços.

4.1.19. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários nas áreas de escopo dos trabalhos, quer seja em qualidade, quantidade ou destinação, atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

4.1.20. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante.

4.1.21. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não seja mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações do Contratante.

4.1.22. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

4.1.23. Fornecer obrigatoriamente cesta básica e vale-refeição que estejam previstos na convenção, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa, e legislação aplicável aos empregados envolvidos na prestação dos serviços; Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos.

4.1.24. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do Contratante, obtendo a produtividade adequada aos vários tipos de trabalho. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Dentre os modelos de contratação para serviços de limpeza, asseio e conservação predial atualmente disponíveis no mercado, o que melhor atende aos interesses da Administração e se mostra mais eficiente é aquele que inclui o fornecimento de mão de obra e materiais específicos para a execução dos serviços. Este modelo, já amplamente adotado e utilizado por diversos órgãos públicos, se destaca após uma análise cuidadosa dos encargos associados a cada alternativa disponível no mercado, bem como dos preceitos legais inerentes a cada opção.

5.2. Entende-se que este modelo é o mais adequado para atender às necessidades deste Departamento, pois cumpre as

determinações legais e reduz a necessidade de dedicação de força de trabalho da Administração para a aquisição de insumos de forma separada, o que geraria diversas compras em outras modalidades de licitação para a contratação do serviço de limpeza e conservação. Portanto, mostra-se como a opção mais econômica e

viável.

5.3. Adicionalmente, este é o modelo adotado nos contratos anteriores de limpeza, que, quando executado corretamente, atinge os resultados desejados de forma satisfatória. Considerando que o objeto do presente estudo é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, o levantamento de mercado restou realizado pela administração pública estadual, através do CADTERC - Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados (www.cadterc.sp.gov.br), que objetiva divulgar as diretrizes para contratações de fornecedores de serviços terceirizados com padronização de especificações técnicas e valores limites (preços referenciais) para os serviços mais comuns e que representam os maiores gastos do Estado.

5.4. Assim, é observado o Volume 3 – Limpeza Predial, cujo estudo foi desenvolvido com base nas Especificações Técnicas e em produtividades médias para prédios administrativos e para áreas de características comuns, abrangendo os principais e mais comuns itens de Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, a saber:

1. Áreas Internas: pisos frios; acarpetados
2. Áreas Internas: almoxarifados / galpões;
3. Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão;
4. Áreas Internas: Sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação;
5. Áreas Externas: pisos pavimentados adjacentes/ contíguos às edificações;
6. Áreas Externas: varrição de passeios e arruamentos;
7. Áreas Externas: Pátio e áreas verdes - Alta e Media frequência diária;
8. Vidros Externos (sem e com exposição a situação de risco) - frequência trimestral.

5.5. Ademais, considerando que o objeto do presente estudo enquadra-se na categoria de serviços de “natureza comum” os fins do artigo 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus “(...) padrões de desempenho e qualidade” são aptos a serem “(...) objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”, mostrando-se possível a contratação, inclusive, com o emprego da modalidade “pregão” para licitar o objeto pretendido, torna-se desnecessário o levantamento de mercado previsto no artigo 5º, inciso III, do Decreto Estadual nº 68.017/2023.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de serviços continuados de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias para as Unidades Policiais descritas no Item 2.1., com fornecimento de insumos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

6.2. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem contratadas estão especificadas pela Tabela do Item 8 deste ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.460.757,84

Conforme estabelecido pelo artigo 8º do Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, a contratação de serviços terceirizados fará uso dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados - CADTERC. A pesquisa de preços conduzida neste estudo técnico preliminar adotou os parâmetros do Caderno de Terceirizados, Volume

3 Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial - com data-base em janeiro de 2024. Isso foi feito de acordo com a orientação do Comunicado SGGD nº 02/2024.

Orientação da SGGD: "**enquanto os Estudos Técnicos (data-base janeiro de 2025) não estiverem disponíveis no site do Compras.SP, indicamos a diretriz estabelecida no Comunicado SGGD nº 02/2024: <https://compras.sp.gov.br/comunicadosggd-no-02-2024>.**"

Com o atendimento do referido Comunicado, obtivemos os valores a seguir, cujos totais mensais somados servirão como preço referencial para a contratação.

VALORES UNITÁRIOS ESTIMATIVOS

ITEM BEC	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA MENSAL (m²)	ÁREA ANUAL (m²)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL R\$/m²	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
212229	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	1.000,44	12.005,28	9,15	9.154,03	109.848,31
217891	Áreas internas – almoxarifados/galpões - limpeza em pequenas áreas	32,32	387,84	4,07	131,54	1.578,51
217913	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	383,70	4.604,40	6,86	2.632,18	31.586,18
217930	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	1.239,09	14.869,08	4,58	5.675,03	68.100,39
217948	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	495,23	5.942,76	0,94	465,52	5.586,19
217956	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	850,39	10.204,68	0,78	663,30	7.959,65
217999	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	190,22	2.282,64	2,56	486,96	5.843,56
162736	Áreas internas – pisos frios	3.103,84	37.246,08	7,24	22.471,80	269.661,62
162752	Áreas internas – almoxarifados/galpões	528,32	6.339,84	3,21	1.695,91	20.350,89
162779	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	1.858,52	22.302,24	5,43	10.091,76	121.101,16
218197	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação	45,00	540,00	8,93	401,85	4.822,20
162787	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	4.107,90	49.294,80	3,62	14.870,60	178.447,18
162795	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	4.344,63	52.135,56	0,75	3.258,47	39.101,67
162809	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	9.713,24	116.558,88	0,68	6.605,00	79.260,04
162841	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	604,53	7.254,36	2,23	1.348,10	16.177,22
162868	Vidros externos – frequência trimestral (com exposição a risco)	138,84	1.666,08	2,83	392,92	4.715,01
169358	Áreas internas – pisos frios - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	49,00	588,00	9,07	444,43	5.333,16

169366	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	147,00	1.764,00	6,80	999,60	11.995,20
233722	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	21,00	252,00	11,25	236,25	2.835,00
		28.853,21	346.238,52	90,98	82.025,26	984.303,14
VALOR TOTAL DO CONTRATO				R\$ 2.460.757,84		
PRAZO CONTRATUAL 30 MESES						
ORÇAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA						

As quantidades lançadas na tabela acima correspondem aos totais somados das 25 Unidades Policiais (item 2 deste ETP - Descrição da Necessidade) que serão atendidas pelo Cadterc Volume 3.

APURAÇÃO DO PREÇO REFERENCIAL DE CONTRATAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO NO PERÍODO DE 30 MESES:

VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 82.025,26

VALOR TOTAL ANUAL: R\$ 984.303,14

VALOR TOTAL DO CONTRATO - 30 MESES: R\$ 2.460.757,84

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução será constituída por itens, porém não será realizado o parcelamento, sendo os itens agrupados em um único grupo, de modo que a adjudicação seja feita por preço global do grupo de itens.

9.2. O objeto a ser licitado foi organizado por áreas específicas em sua totalidade, com o objetivo de manter a padronização dos serviços a serem prestados e facilitar a futura gestão do contrato originado deste processo licitatório, evitando esforços desnecessários.

9.3. A necessidade deste agrupamento é justificada pelo fato de que o gerenciamento centralizado permite maior agilidade na tomada de decisões, maior adesão e competitividade ao certame por parte do mercado especializado. Isso protege e evita a perda do procedimento licitatório devido ao desinteresse total do mercado, em virtude do baixo quantitativo (m²) de cada área da unidade policial, ou seja, no caso de Delegacias sediadas em imóveis pequenos, com quantitativo de metros quadrados pequeno, o interesse dos licitantes poderia ser baixo e não atrair competidores, ou até mesmo ser deserta a licitação. Temos como exemplo a Delegacia de Polícia de Santa Salete, que ilustra bem essa situação. Portanto, o agrupamento de itens se mostra ideal tanto para o licitante quanto para a Administração.

9.4. A eficácia resultante da contratação de um único fornecedor oferece a melhor relação custo-benefício como um todo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não serão realizadas contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação esta prevista no planejamento do Plano Plurianual do Estado de São Paulo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação em questão, tem como objetivo a economicidade, eficiência e sustentabilidade, bem como garantir um ambiente de trabalho e atendimento da população em condições ideais de salubridade e higiene.

12.2. Atender aos preceitos Legais vigentes.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A contratante deverá assegurar-se que os servidores que atuarão como fiscais e gestores do contrato a ser celebrados possuem a capacitação mínima necessária e que tomem conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

13.2. A contratante deverá realizar reuniões, envolvendo os representantes da contratada e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

13.3. A contratante deverá disponibilizar:

13.3.1. Um local adequado para que os trabalhadores realizem refeições;

13.3.2. Um depósito para armazenamento dos insumos fornecidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Obrigações e Responsabilidades Específicas – Boas Práticas Ambientais

14.1.1. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como redução de produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes;

14.1.2. Receber do Contratante informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactam o meio ambiente.

14.1.3. Responsabilizar-se pelo preenchimento do Formulário de Ocorrências para Manutenção por seu encarregado, disponível no Anexo VII.2 deste Edital, que poderá ser fornecido pelo Contratante;

14.1.4. Quando houver ocorrências, o encarregado deverá entregar ao Contratante o Formulário de Ocorrências para Manutenção devidamente preenchido e assinado.

14.1.5. Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas: Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e em chuveiros; Saboneteiras e toalheiros quebrados; Lâmpadas queimadas ou piscando; Tomadas e espelhos soltos; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; e Carpete solto.

14.2. Uso Racional da Água

14.2.1. A Contratada deverá capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Essa capacitação poderá ser feita por meio do material oferecido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) sobre o uso racional da água, disponível em seu site. Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores;

14.2.2. A Contratada deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto Estadual n.º 48.138, de 07 de outubro de 2003;

14.2.3. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, devendo os encarregados atuarem como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Contratada;

14.2.4. Como exemplo: sempre que possível usar a vassoura, e não a mangueira, para limpar áreas externas. Se houver uma sujeira localizada, usar a técnica do pano umedecido.

14.2.5. Sempre que adequado e necessário, a Contratada deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pelo Contratante, ponderando as vantagens e as desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, adotar as de pressão com vazão máxima de 360 (trezentos e sessenta) litros/hora;

14.2.6 Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que

promovam a redução do consumo de água.

14.3. Uso Racional de Energia Elétrica

14.3.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

14.3.2. Durante a limpeza noturna, quando permitido, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas;

14.3.3. Comunicar ao Contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados, tais como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias, e mau funcionamento de instalações energizadas;

14.3.4 Sugerir ao Contratante ou diretamente à CIRE (Comissão Interna de Racionalização do Uso de Energia) locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outros;

14.3.5. Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não estão impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente;

14.3.6 Verificar as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, entre outros, e se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, o sistema de proteção elétrica;

14.3.7. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas em seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes de aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;

14.3.8. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo Contratante.

14.4. Redução de Produção de Resíduos Sólidos

14.4.1. Separar e entregar ao Contratante pilhas e baterias para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos. Alternativamente, poderão ser entregues aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores. Assim, estes adotarão, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses materiais. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA n.º 401, de 5 de novembro de 2008.

14.4.2. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral;

14.4.3. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final e ambientalmente adequada, tendo em vista que estes constituem passivo ambiental, que resulta sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA n.º 416, de 30 de setembro de 2009, bem como à Instrução Normativa do IBAMA n.º 01, de 18 de março de 2010;

14.4.4. Quando implantado pelo Contratante Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá observar as seguintes regras:

MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS

14.4.4.1. Materiais denominados “rejeitos”, para os quais ainda não são aplicadas técnicas de reaproveitamento. Dentre eles:

banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros como cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, toco de cigarro, cinza e ciscos (que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos, cristais, pilhas (acondicionadas em separado e enviadas ao fabricante).

MATERIAIS RECICLÁVEIS

14.4.4.2. Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores (VERDE para vidro, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico, AZUL para papel, e BRANCO para lixo não reciclável).

14.4.5. Quando implantadas operações de compostagem ou fabricação de adubo orgânico pelo Contratante, a

Contratada deverá separar os resíduos orgânicos da varrição de parques (folhas, gravetos, etc.) e encaminhá-los posteriormente para as referidas operações, de modo a evitar sua disposição em aterro sanitário;

14.4.6. Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados à sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como à redução da destinação de resíduos sólidos;

14.4.7. Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de responsabilidade da Contratada, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos;

14.4.8. Observar, quando pertinente, as disposições da Lei Municipal de São Paulo n.º 14.973/2009 e o Decreto n.º 51.907/2010, quanto à organização de sistemas de coleta seletiva nos grandes geradores de resíduos sólidos, bem como o recolhimento periódico dos resíduos coletados e o envio destes para locais adequados, que garantam o seu bom aproveitamento, ou seja, a reciclagem.

14.5. Saneantes Domissanitários

14.5.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;

14.5.2. Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, ser livre de corantes e ter redução drástica de hipoclorito de sódio;

14.5.3. Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

14.5.4. Observar rigorosamente, quando da aplicação ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento às prescrições do artigo 44 da Lei Federal n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, e do artigo 67 do Decreto Federal n.º 8.077, de 14 de agosto de 2013, as prescrições da Resolução ANVISA n.º 40, de 5 de junho de 2008, cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante são os Anexos da referida Resolução:

ANEXO I - Tipos/Categorias de produtos de limpeza e afins e ANEXO II – Rotulagem para produtos de limpeza e afins;

14.5.5. Fornecer saneantes domissanitários devidamente notificados ou registrados no órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde, em conformidade com o Decreto Federal n.º 8.077 de 13 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei Federal n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976;

14.5.6. Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme Resolução RDC n.º 34, de 16 de agosto 2010 e os anexos 4 e 5 da Portaria 321/MS/SNVS, de 08 de agosto de 1997, assim como o artigo 4 da Lei Federal n.º 13.236, de 29 de dezembro de 2015;

14.5.7. Em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, deve-se aplicar somente saneantes domissanitários cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição, sejam biodegradáveis, conforme disposições da Resolução n.º 180, de 03 de outubro de 2006, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários: Considera-se biodegradável a substância tensoativa suscetível de decomposição e biodegradação por micro-organismos, com grau de biodegradabilidade mínimo de 90%. Fica definido como referência de biodegradabilidade, para esta finalidade específica, o ndodecilbenzeno sulfonato de sódio. A verificação da biodegradabilidade será realizada pela análise da substância tensoativa aniônica utilizada na formulação do saneante ou no produto acabado;

O Contratante poderá coletar uma vez por mês, e sempre que julgar necessário, amostras de saneantes domissanitários, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para análises laboratoriais; e Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela Secretaria de Vigilância Sanitária. Deverão constar obrigatoriamente no laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada.

14.5.8. Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC n.º 46, de 20 de fevereiro de 2002, que aprova o regulamento técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro;

14.5.9. Fica terminantemente proibido, sob qualquer hipótese na prestação de serviços de limpeza e higienização predial, o fornecimento, a utilização e aplicação de saneantes domissanitários ou produtos químicos que contenham ou apresentem em sua composição: Corantes – relacionados no Anexo I da Portaria n.º 9 MS/SNVS, de 10 de abril de 1987; Saneantes Domissanitários de Risco I – listados pelo art. 5.º da Resolução n.º 336, de 30 de julho de 1999 e em conformidade com a Resolução ANVISA RE n.º 913, de 25 de junho de 2001; Saneantes Domissanitários fortemente alcalinos – apresentados sob a forma de

líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos desengordurantes, conforme Resolução RDC n.º 32, de 27 de junho de 2013; Benzeno – conforme Resolução RDC n.º 252, de 16 de setembro de 2003, e recomendações dispostas na Lei Federal n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, pelo Decreto Federal n.º 8.077, de 14 de agosto de 2013 e pela Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, uma vez que de acordo com estudos da International Agency Research on Cancer (IARC), agência de pesquisa referenciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a substância benzeno foi categorizada como cancerígena para humanos; Inseticidas e raticidas – nos termos da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Saúde n.º 01, de 04 de abril de 1979.

14.5.10. Os produtos químicos relacionados pela Contratada, de acordo com sua classificação de risco, composição, fabricante e utilização, deverão ter notificação ou registro deferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, conforme Resolução RDC n.º 59, de 22 de dezembro de 2010. A consulta aos saneantes notificados e registrados está disponível na seção de Consulta ao Banco de Dados, no site da ANVISA (<https://consultas.anvisa.gov.br/>).

14.5.11. Recomenda-se que a Contratada utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato;

14.5.12. Apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos para análise e precauções, com possíveis intercorrências que possam surgir com profissionais da Contratada ou com terceiros.

14.6. Poluição Sonora

14.6.1. Para os equipamentos de limpeza que geram ruído em seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel – dB(A) –, conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Para que seja dada continuidade aos serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos necessários, nos imóveis que abrigam a Delegacia Seccional de Polícia de Jales e demais unidades subordinadas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIRO ISSAMU SAWADA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2025 às 15:16:17.

Despacho: DECLARO VIÁVEL A CONTRATAÇÃO E APROVO ESTE ETP.



MAURO LUIS TRUZZI OTERO

Autoridade competente

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JALES

(Processo Administrativo nº 058.00065091/2025-93)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., CELEBRADO
ENTRE O(A) **ESTADO DE SÃO PAULO**, POR INTERMÉDIO
DO(A) **DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JALES** E A
EMPRESA

O Estado de São Paulo, por intermédio do(a) Delegacia Seccional de Polícia de Jales, com sede no(a) **Avenida Paulo Marcondes, 1175, Jd. Monterey**, na cidade de **Jales**/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.236.548/0037-05**, neste ato representado(a) pelo(a) **Senhor Doutor Mauro Luis Truzzi Otero, Delegado Seccional de Polícia**, nomeado(a) pela **Portaria do Delegado Geral de Polícia**, publicada no DOE de **13 de agosto de 2024**, portador do **RG: 13.421.158**, inscrito no CPF sob o nº **080.751.118-85**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº ...**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos prédios que abrigam a Delegacia Seccional de Polícia de Jales e suas unidades subordinadas, nos termos das tabelas abaixo, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM BEC	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA MENSAL (m²)	ÁREA ANUAL (m²)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL R\$/m²	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
212229	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	1.000,44	12.005,28			
217891	Áreas internas – almoxarifados/galpões - limpeza em pequenas áreas	32,32	387,84			
217913	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	383,70	4.604,40			
217930	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	1.239,09	14.869,08			
217948	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	495,23	5.942,76			

217956	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	850,39	10.204,68			
217999	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	190,22	2.282,64			
162736	Áreas internas – pisos frios	3.103,84	37.246,08			
162752	Áreas internas – almoxarifados/galpões	528,32	6.339,84			
162779	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	1.858,52	22.302,24			
218197	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação	45,00	540,00			
162787	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	4.107,90	49.294,80			
162795	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	4.344,63	52.135,56			
162809	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	9.713,24	116.558,88			
162841	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	604,53	7.254,36			
162868	Vidros externos – frequência trimestral (com exposição a risco)	138,84	1.666,08			
169358	Áreas internas – pisos frios - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	49,00	588,00			
169366	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	147,00	1.764,00			
233722	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	21,00	252,00			
		28.853,21	346.238,52	-	-	-
VALOR TOTAL DO CONTRATO						
PRAZO CONTRATUAL 30 MESES ORÇAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário.**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados do(a) **dia 01/07/2025**, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato. |

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.* |

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....). |

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.* |

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento [IPCA/FIPE](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

Iº = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até **01 (um) mês**, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;
 - III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
 - IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **01 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));*
- 8.1.13. *Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes. |

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do

Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.23. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

9.1.26. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.1.29. *Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;*

9.1.30. *Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;*

9.1.31. *Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;*

9.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.1.33. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.34. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.35. *Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:*

9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar

se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

9.1.36. *Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;*

9.1.37. Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);

9.1.37.1. Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo; |

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de](#)*

2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis. |

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução. |*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.3. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv) **Multa:**

(1) *Moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;*

(2) *Moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,2 % (zero vírgula dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;*

a. *O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;*

(3) *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 11.2, de 0,2% a 0,3% do valor do Contrato;*

(4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 11.2, de 0,2% a 0,3% do valor do Contrato;*

(5) *Para infração descrita na alínea “b” do item 11.2, a multa será de 0,2% a 0,3% do valor do Contrato;*

(6) *Para infrações descritas na alínea “d” do item 11.2, a multa será de 0,2% a 0,3% do valor do Contrato;*

(7) *Para a infração descrita na alínea “a” do item 11.2, a multa será de 0,2% a 0,3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:*

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

12.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:

12.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, “b”, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)); e

12.5.1.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

12.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas

diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. O Contratante poderá ainda:

12.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

12.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

12.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

13.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001/180310

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 06122180141800000

IV. Elemento de Despesa: 339037

V. Plano Interno: 0080210396

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.* |

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via*, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

|Jales, [dia] de [mês] de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- |

ANEXO III

MODELOS(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA[illegible]

ANEXO III.1

FAXINEIRO 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	

ANEXO III.2

FAXINEIRO 30 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	30 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	

ANEXO III.3

FAXINEIRO 20 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	20 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	

ANEXO III.4

FAXINEIRO 20 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A DOMINGO		
CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO APENDICE 2 DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	20 Horas – 2ª feira a domingo
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	

ANEXO III.5

ENCARREGADO DE FAXINEIRO - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	
Valor da hora		R\$
Quantidade disponível de horas		
Valor mensal volante		R\$

ANEXO III.6

LIMPADOR DE VIDROS - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	
Valor da hora		R\$
Quantidade disponível de horas		
Valor mensal volante		R\$

ANEXO III.7

ENCARREGADO DE LIMPADOR DE VIDROS - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	
Valor da hora		R\$
Quantidade disponível de horas		
Valor mensal volante		R\$

ANEXO III.8

VARREDOR DE ÁREAS PÚBLICAS PRIVADAS - 44 HORAS SEMANAIS - DIURNO - 2ª FEIRA A SÁBADO		
CUSTOS DO SERVIÇO DE LIMPEZA PREDIAL		
MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas – 2ª feira a sábado
	Turno:	Diurno
	Tipo:	Convencional
Valores expressos em Reais (R\$)		
Remuneração	R\$	
Salário-base	R\$	
Benefícios Mensais e Diários	R\$	
Vale-transporte	R\$	
Custo mensal	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Vale-refeição	R\$	
Custo mensal	R\$	
Dia da categoria – 16/maio	R\$	
Parcela do trabalhador	-R\$	
Cesta básica	R\$	
Assistência médica familiar	R\$	
Benefício social familiar e natalidade	R\$	
Auxílio-creche	R\$	
Norma Regulamentadora N.º 07	R\$	
Insumos Diversos	R\$	
Uniforme	R\$	
EPI	R\$	
Material	R\$	
Encargos Sociais e Trabalhistas	R\$	
Encargos previdenciários e FGTS	R\$	
13º Salário + Adicional de férias	R\$	
Afastamento maternidade	R\$	
Custo de reposição do profissional ausente	R\$	
Custo de rescisão	R\$	
Outros*	R\$	
Custos Indiretos, Lucro e Tributos	R\$	
Custos Indiretos	R\$	
Lucro	R\$	
Tributos	R\$	
ISS	R\$	
PIS	R\$	
COFINS	R\$	
Total	R\$	
Valor da hora		R\$
Quantidade disponível de horas		
Valor mensal volante		R\$

ANEXO III.9

RESUMO DE QUADRO DE FUNCIONÁRIOS		
CARGOS	QUANTIDADE	TIPO (FIXO/VOLANTE)
FAXINEIRO 44 HORAS SEMANAIS		FIXO
FAXINEIRO 30 HORAS SEMANAIS		FIXO
FAXINEIRO 20 HORAS SEMANAIS		FIXO
FAXINEIRO 20 HORAS SEMANAIS- PLANTÃO POLICIAL		FIXO
ENCARREGADO DE FAXINEIRO		VOLANTE
LIMPADOR DE VIDRO		VOLANTE
ENCARREGADO DE VIDRO		VOLANTE
VARREDOR		VOLANTE

ANEXO III.10

Encargos Sociais e Trabalhistas	% Encargos
Grupo A – Encargos Sociais Básicos	
Previdência Social	
SESI/Sesc	
SENAI/Senac	
Incra	
Sebrae	
Salário-educação	
Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado	
Férias	
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	
Ausências legais	
Licença-paternidade	
Acidente de trabalho	
Aviso-prévio trabalhado	
Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário	
Adicional de férias	
13º salário	
Grupo D – Obrigações Rescisórias	
Aviso-prévio indenizado	
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	
Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais	
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	
Percentual referente ao abono pecuniário	
Percentual referente ao reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	
Grupo F – Incidências Cumulativas	
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	
Total Geral	100%

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO IV.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90001/2025, Processo nº 058.00065091/2025-93, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.1.1

	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	NOME E ASINATURA DO FUNCIONÁRIO QUE ACOMPANHOU A VISITA
1	Delegacia Seccional de Polícia de Jales	
2	Almoxarifado/Depósito	
3	Central de Polícia Judiciária de Jales	
4	DDM de Santa Fé do Sul	
5	Delegacia de Polícia de Aparecida d'Oeste	
6	Delegacia de Polícia de Aspásia	
7	Delegacia de Polícia de Dirce Reis	
8	Delegacia de Polícia de Dolcinópolis	
9	Delegacia de Polícia de Marinópolis	
10	Delegacia de Polícia de Mesópolis	
11	Delegacia de Polícia de Nova Canaã Paulista	
12	Delegacia de Polícia de Palmeira d'Oeste	
13	Delegacia de Polícia de Paranapuã	
14	Delegacia de Polícia de Pontalinda	
15	Delegacia de Polícia de Rubinéia	
16	Delegacia de Polícia de Santa Albertina	
17	Delegacia de Polícia de Santa Clara d'Oeste	
18	Delegacia de Polícia de Santa Fé do Sul	
19	Delegacia de Polícia de Santa Rita d'Oeste	
20	Delegacia de Polícia de Santa Salete	
21	Delegacia de Polícia de Santana da Ponte Pensa	
22	Delegacia de Polícia de São Francisco	
23	Delegacia de Polícia de Três Fronteiras	
24	Delegacia de Polícia de Urânia	
25	Delegacia de Polícia de Vitória Brasil	

*este quadro demonstrativo de visita técnica deverá ser apresentado juntamente com a Declaração do ANEXO VI.1

ANEXO IV.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90001/2025, Processo nº 058.00065091/2025-93, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM BEC	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA MENSAL (m²)	ÁREA ANUAL (m²)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL R\$/m²	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
212229	Áreas internas – pisos frios - limpeza em pequenas áreas	1.000,44	12.005,28	9,15	9.154,03	109.848,31
217891	Áreas internas – almoxarifados/galpões - limpeza em pequenas áreas	32,32	387,84	4,07	131,54	1.578,51
217913	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - limpeza em pequenas áreas	383,70	4.604,40	6,86	2.632,18	31.586,18
217930	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações - limpeza em pequenas áreas	1.239,09	14.869,08	4,58	5.675,03	68.100,39
217948	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos - limpeza em pequenas áreas	495,23	5.942,76	0,94	465,52	5.586,19
217956	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência - limpeza em pequenas áreas	850,39	10.204,68	0,78	663,30	7.959,65
217999	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco) - limpeza em pequenas áreas	190,22	2.282,64	2,56	486,96	5.843,56
162736	Áreas internas – pisos frios	3.103,84	37.246,08	7,24	22.471,80	269.661,62
162752	Áreas internas – almoxarifados/galpões	528,32	6.339,84	3,21	1.695,91	20.350,89
162779	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão	1.858,52	22.302,24	5,43	10.091,76	121.101,16
218197	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação	45,00	540,00	8,93	401,85	4.822,20
162787	Áreas externas – pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	4.107,90	49.294,80	3,62	14.870,60	178.447,18
162795	Áreas externas – varrição de passeios e arruamentos	4.344,63	52.135,56	0,75	3.258,47	39.101,67
162809	Áreas externas – pátios e áreas verdes - alta frequência	9.713,24	116.558,88	0,68	6.605,00	79.260,04
162841	Vidros externos – frequência trimestral (sem exposição a risco)	604,53	7.254,36	2,23	1.348,10	16.177,22
162868	Vidros externos – frequência trimestral (com exposição a risco)	138,84	1.666,08	2,83	392,92	4.715,01
169358	Áreas internas – pisos frios - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	49,00	588,00	9,07	444,43	5.333,16
169366	Áreas Internas com espaços livres – saguão, hall e salão - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	147,00	1.764,00	6,80	999,60	11.995,20



Secretaria da Segurança Pública
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Deinter 5 – São José do Rio Preto
Delegacia Seccional de Polícia de Jales “Dr. Nelson Lourenço Vanni”
Setor de Administração/Finanças - UGE - 180311

233722	Áreas internas - sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação - segunda-feira a domingo - 8 horas diárias - Delegacia Participativa	21,00	252,00	11,25	236,25	2.835,00
		28.853,21	346.238,52	90,98	82.025,26	984.303,14
VALOR TOTAL DO CONTRATO				R\$ 2.460.757,84		
PRAZO CONTRATUAL 30 MESES						
ORÇAMENTO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO CADTERC VOLUME 3 E TERMO DE REFERÊNCIA						

Declaro que, para a elaboração desta Planilha Orçamentária, foram observadas as disposições do Decreto Estadual 67.888/2023.

Elaborada por:



MIRO ISSAMU SAWADA
Seção de Finanças

ANEXO VI

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO VI

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

1. REGRAS GERAIS

A avaliação da Contratada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, se faz por meio de pontuação em conceitos de “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim” em cada um dos itens vistoriados.

1.1. Conceitos da Pontuação a ser Utilizada em Todos os Itens

a) ÓTIMO- Refere-se à conformidade total dos critérios, como:

- Inexistência de poeira;
- Inexistência de sujeira;
- Vidros limpos;
- Todos os dispensadores limpos e abastecidos corretamente;
- Recipientes para o acondicionamento dos resíduos limpos, com embalagens adequadas e volume até 2/3;
- Empregados devidamente treinados, uniformizados e utilizando EPIs adequados;
- Materiais e produtos padronizados e em quantidade suficiente.

b) BOM- Refere-se à conformidade parcial dos critérios, como:

- Ocorrência de poeira em local isolado;
- Ocorrência isolada de lixeira fora do padrão;
- Ocorrência isolada no reabastecimento.

c) REGULAR - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios, como:

- Ocorrência de poeira em vários locais;
- Ocorrência de várias lixeiras fora do padrão;
- Ocorrências por falta de reabastecimento;
- Piso sujo e molhado.

d) RUIM- Refere-se à desconformidade total dos critérios, como:

- Poeira e sujeiras em salas, escritórios e demais dependências;
- Ocorrência de poeira em superfícies fixas e visíveis;
- Não reabastecimento de descartáveis, uso incorreto dos sacos de lixo nos recipientes;
- Lixeiras sujas e transbordando;
- Piso molhado ou sujo, oferecendo risco de acidentes;
- Não cumprimento do plano de atividades e do cronograma de limpeza sem justificativas ou sem comunicação com o Contratante;
- Empregado com uniforme e EPIs incompletos;
- Execução de limpeza sem técnica adequada;
- Materiais, produtos ou equipamentos incompletos ou em quantidade insuficiente;
- Sanitários e vestiários sujos.

1.2. Itens de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza Prestados

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E BOAS PRÁTICAS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Apresentação dos documentos que comprovam que os produtos utilizados, EPI's, aparelhos e instrumentos respeitam as especificações técnicas e socioambientais requeridas.				
Apresentação das medidas adotadas para a redução do consumo de água e energia				
Comprovação dos treinamentos realizados no período				

1.3. Todos os ambientes

Itens	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica	Itens	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Armários (face externa)						Prateleiras					
Balantes						Paredes					
Filtros e/ou bebedouros						Pias					
Mosas						Torneiras					
Cadeiras						Corrimãos					
Móveis em geral						Cestos de lixo					
Cortinas e/ou persianas						Tomadas					
Placas indicativas						Pisos					
Divisórias						Peitoril das janelas					
Dispensadores de papel toalha						Quadros em geral					
Dispensadores de papel higiênico						Portas					
Escadas						Extintores de incêndio					
Elevadores						Raios					
Espelhos e interruptores						Rodapés					
Espelhos e tomadas						Saídas de ar-condicionado					
Gabinetes (pias)						Saboneteiras (face externa)					
Interruptores						Teto					
Janelas (face externa)						Telefones					
Janelas (face interna)						Ventiladores					
Luminárias (similares)						Vidros internos					
Luzes de emergência						Vidros externos (face interna)					
Maçanetas						Vidros externos (face externa)					

1.4. Sanitários/Vestiários

Itens	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica	Itens	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se Aplica
Abastecimento de material higiênico						Pisos					
Azulejos						Portas (batentes, maçaneta)					
Box						Ralos					
Chuveiros						Rodapés					
Cestos de lixo						Saboneteiras (face externa)					
Dispensadores de papel toalha						Saídas de ar-condicionado					
Dispensadores de papel higiênico						Tomadas					
Divisórias (granito)						Torneiras					
Espelhos						Teto					
Gabinetes						Válvulas de descarga					
Interruptores						Vasos sanitários					
Janelas						Vidros Box					
Luminárias (e similares)						Vidros externos (face externa)					
Parapeitos						Vidros externos (face interna)					
Pias						Vidros internos					

2. CRITÉRIOS

Na avaliação devem ser atribuídos ao formulário de valiação da Qualidade dos Serviços os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”, equivalentes, respectivamente, aos valores 100, 80, 50 e 30 para cada um dos itens avaliados.

3. RESPONSABILIDADES

a) Equipe de Fiscalização:

Responsável pela Avaliação da Contratada utilizando o Formulário de avaliação da Qualidade dos Serviços, e pelo encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato.

b) Gestor do Contrato:

Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pela apuração do percentual de liberação da fatura correspondente.

4. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

4.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato, com base na relação de itens a serem avaliados e no Formulário de avaliação da Qualidade dos Serviços (Anexo VII. 1 deste Anexo VII), efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

4.2 No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 5 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período para o Gestor do Contrato.

4.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo Gestor do Contrato, mensalmente, e com base em todos os Formulários de avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado, utilizando-se do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados, apurar o percentual de liberação da fatura correspondente e encaminhar uma via para a Contratada.

5. ANEXOS DESTE DOCUMENTO

5.1. Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial.

Contrato nº:	
Unidade:	
Período:	
Data:	
Contratada:	
Responsável pela Fiscalização:	
Gestor do Contrato:	

Quantidade de Itens Vistoriados	Quant. (a)	Equivalência (b)	Pontos Obtidos (Y = a x b)
Conceito "ótimo"		x 100	
Conceito "bom"		x 80	
Conceito "regular"		x 50	
Conceito "ruim"		x 30	
Total			

$$N = \frac{\sum Y}{X}$$

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação Total da Fatura	Nota Maior ou Igual a 90 Pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota maior ou igual a 70 e menor que 90 pontos
Liberação de 80% da fatura	Nota maior ou igual a 60 e menor que 70 pontos
Liberação de 65% da fatura	Nota maior ou igual a 50 e menor que 60 pontos
Liberação de 50% da fatura	Nota menor que 50 pontos

Nota:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do responsável da Contratada:	Assinatura do gestor do contrato:
-------	--	--	-----------------------------------

CONTRATO Nº	ADMINISTRADOR	
CONTRATADA		ENCARREGADO
CONTRATANTE	ÁREA (ENDEREÇO)	

DATA		TIPOS DE OCORRÊNCIAS
		☐ TORNEIRAS ☐ BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE ÁGUA ☐ LÂMPADAS ☐ FIOS E TOMADAS ☐ EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS ☐ ACESSÓRIOS ☐ UTILIZAÇÃO INDEVIDA (ÁGUA/ENERGIA) ☐ OUTROS
		DESCRITIVO
		☐ VAZAMENTOS ☐ SUBSTITUIÇÕES ☐ AJUSTES ☐ OUTROS (DISCRIMINAR)
		LOCAL CLIENTE CONTRATANTE (visto e data)

DATA		TIPOS DE OCORRÊNCIAS
		☐ TORNEIRAS ☐ BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE ÁGUA ☐ LÂMPADAS ☐ FIOS E TOMADAS ☐ EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS ☐ ACESSÓRIOS ☐ UTILIZAÇÃO INDEVIDA (ÁGUA/ENERGIA) ☐ OUTROS
		DESCRITIVO
		☐ VAZAMENTOS ☐ SUBSTITUIÇÕES ☐ AJUSTES ☐ OUTROS (DISCRIMINAR)
		LOCAL CLIENTE CONTRATANTE (visto e data)

DATA		TIPOS DE OCORRÊNCIAS
		☐ TORNEIRAS ☐ BEBEDOUROS/PURIFICADORES DE ÁGUA ☐ LÂMPADAS ☐ FIOS E TOMADAS ☐ EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS ☐ ACESSÓRIOS ☐ UTILIZAÇÃO INDEVIDA (ÁGUA/ENERGIA) ☐ OUTROS
		DESCRITIVO
		☐ VAZAMENTOS ☐ SUBSTITUIÇÕES ☐ AJUSTES ☐ OUTROS (DISCRIMINAR)
		LOCAL CLIENTE CONTRATANTE (visto e data)